

VII - VIAGEM A SANTA CATARINA

1. PERÍODO : 17 e 18 de outubro de 1987.

2. PARTICIPANTES:

CONSTITUINTES: Eduardo Moreira (SC), Fábio Feldmann (SP), Gonzaga Patriota (PE) e Raimundo Rezende (MG).

TÉCNICOS DA FATMA: Sílvia Mariotti, Jucélia Cardoso Caetano, Sérgio Vignes, Gilberto Salvato, Sérgio Veiga, Márcia Francallaci, Mário D'Lavigne, Arno Alfredo Hardt.

SUDEMA: Lúcio Colombo (Ass. Comunicação Social).

3. OBJETIVOS

- Participar de uma audiência pública em Florianópolis , visando debater as questões referentes ao meio ambiente e a qualidade de vida da região, com representantes de órgãos federais, estaduais, conselhos municipais e entidades civis.
- Visitar outras localidades da Capital e do Estado, onde estão sendo desenvolvidos projetos para a conservação dos recursos naturais e averiguar os problemas da Bacia Carbonífera Catarinense.

4. RESUMO DA VIAGEM / PRINCIPAIS CONCLUSÕES

- FLORIANÓPOLIS - Os Constituintes participaram de audiência pública na Assembléia Legislativa, que contou, com a presença do movimento ambientalista Catarinense e representantes da comunidade científica. Nesta audiência foram discutidos principalmente aspectos referentes ao Capítulo de meio ambiente e do recente acidente com Césio em Goiânia.

. BACIA CARBONÍFERA - em Criciúma, os parlamentares, acompanhados de uma comitiva do Governo do Estado, seguiram com as autoridades municipais para conhecer os principais problemas ambientais da mineração de carvão a céu aberto:

- graves alterações físico-químicas na Bacia Hidrográfica;
- poluição atmosférica devido às reações químicas dos materiais piritosos.

Além disso, verificar os principais problemas decorrentes da mineração subterrânea, que deixa marcas profundas na população, tais como: aposentadoria precoce, decorrente de problemas respiratórios, que pode inclusive levar à morte dos trabalhadores.

5. LOCAIS VISITADOS

- . Lixão Itacorubi;
- . Manguezal de Itacorubi;
- . Exploração de granito de Rio Vermelho (cortes de morros);
- . Manguezal do Rio Tavares (ocupação);
- . Praia do Campeche;
- . Lagoa da Conceição (tombamento das dunas);
- . Depósito de rejeitos de carvão (verificação de acidificação dos mananciais d'água e liberação de gás sulfúrico na oxidação da pirita);
- . Lavadores de carvão;
- . Depósitos de finos e ultra-finos;
- . Sistemas de transporte de carvão por esteiras;
- . Mineração a céu aberto (paisagem lunar);

- . Drag-line marion - Carbonífera Próspera S.A.;
- . Mina modelo;
- . Loteamento em cima de mineração e aterro sanitário.

6. ENCONTROS OFICIAIS

- . Representantes do governador de Santa Catarina Pedro Ivo Figueiredo de Campos: Sérgio Veríssimo Ribeiro (Secretário Particular) e Paulo Roberto Andriani (Assessor Especial);
- . Sérgio Vieira Veiga - Superintendente Adjunto de Administração da FATMA-Fundação de Amparo à Tecnologia do meio ambiente de SC.
- . Márcio de Lavigne - Chefe de Gabinete da SEDUMA-SC
- . Aluizio Piazza - Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.
- . Casa Civil do Governo de Santa Catarina - Harry Egon Krieger - Chefe de Gabinete Renato Wendhausen - Sub Secretário para assuntos operacionais.

ANEXO 1. Caracterização da Região Visitada



A REGIÃO CARBONÍFERA SUL - CATARINENSE

A Região Carbonífera que está situada no sul do Estado de Santa Catarina, abrange 6 municípios mineradores: Criciúma, Urussanga, Siderópolis, Lauro Müller, Içara e Orleans.

As constatações de inúmeros estudos realizados fizeram com que fosse enquadrada como a 14^a Área Crítica Nacional para fins de controle ambiental, a 25/09/80 através do Decreto nº 85.206.

A Mineração de Carvão em Santa Catarina se processa de duas formas:

- . Mineração a-céu-aberto, quando a camada de carvão aflora até 30 metros da superfície do solo. Nesse sistema são utilizados máquinas do tipo "drag-line" que promovem o decapeamento das camadas sobrepostas ao carvão, posteriormente amontoadas em morros cônicos de até 20 metros de altura, compondo a chamada "paisagem lunar". Ocorre aqui, uma inversão das camadas do solo, onde a parte fértil é totalmente perdida.
- . Mineração subterrânea através de minas de galeria:
O sistema de câmaras e pilares utilizado nesse processo, provoca a acomodação das camadas do solo, ocasionando o fenômeno da subsidência (rebaixamento do solo), que provoca desmoronamentos e abalos na estrutura das Edificações.

Os principais efeitos ambientais causados pela mineração de carvão em Santa Catarina refletem-se pelos dados abaixo relacionados:

- . A rede hidrográfica está comprometida, quanto a qualidade e usos, em aproximadamente 2/3 de sua extensão, principalmente nos Municípios de Criciúma, Siderópolis, Nova Veneza, Maracajá e Araranguá.
- . Os constantes assoreamentos dos leitos dos rios causados por finos e ultrafinos de carvão e rejeitos, bem como por material xistoso e argilas, que elevam acentuadamente a turbidez



e as concentrações de sólidos decantáveis, concorrem para incrementar os efeitos dos periódicos transbordamentos verificados nessa Região.

- . As águas sulfurosas e ácidas procedentes, direta e indiretamente, das minas de galerias e de céu aberto, dos processos de beneficiamento de carvão e dos depósitos abandonados de rejeitos piritosos poluem as águas de drenagem pluvial e de infiltração sub-superficial, carreando combinações de enxofre para as águas superficiais. O resultado é, ao lado da elevação das concentrações de sulfato, a queda dos valores de pH e a elevada acidez nos rios e lagoas até níveis não toleráveis pelos organismos vivos.
- . O impacto ambiental, decorrente das áreas de mineração, vem afetando as zonas lacustres situadas no extremo Sul (Região de Araranguá) e especialmente no Sudeste (Região de Laguna), atingindo níveis insuportáveis à vida aquática, prejudicando as atividades pesqueiras e turísticas locais.
- . A mineração de carvão e céu aberto apresenta uma paisagem de destruição e de terras estéreis que atinge áreas urbanas e agrícolas. Montanhas de rejeitos estéreis, fontes extensivas de poluentes, acumulam-se desordenadamente nesses espaços.
- . Em Siderópolis, mais de 600 hectares de terras que foram lavradas a céu aberto, compõem um triste quadro denominado "paisagem lunar", dado o seu aspecto de destruição, desolação e esterilidade. Nessa área, em poucas ocasiões, os terrenos foram apenas nivelados mecanicamente e, posteriormente, reflorestados com espécies de eucalipto, que plantadas desenvolvem-se muito mal, por falta de aplicação de técnicas adequadas, pela precariedade do solo aviltado e pela presença de água altamente poluída e tóxica.
- . A expressiva presença e acúmulo crônico de materiais poluentes altamente tóxicos e metais, no ar, no solo e nas águas, ocorrem porque a "pirita" sofre oxidação em consequência do contato com o oxigênio e a água, liberando gases sulfurosos.





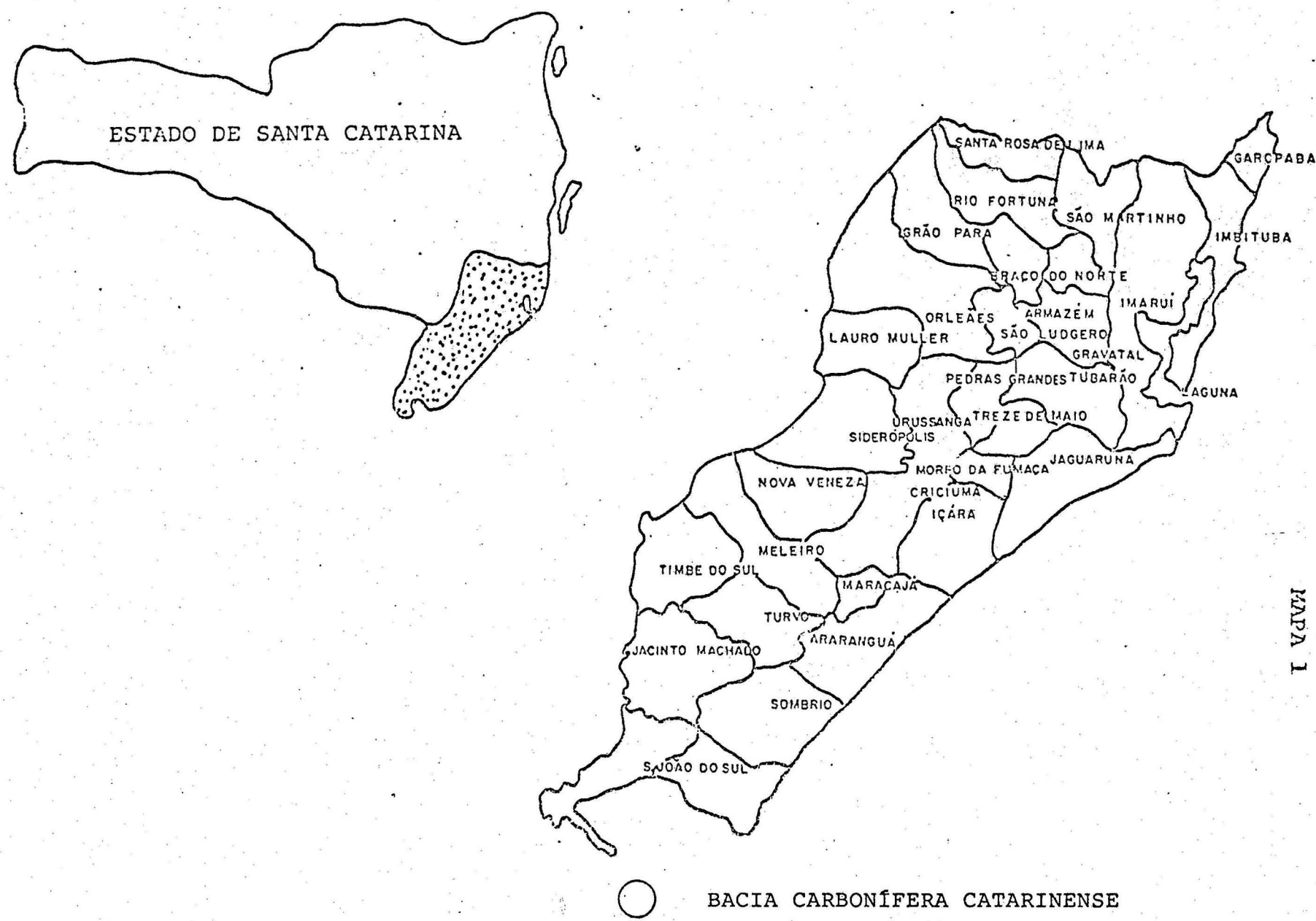
(letais) compostos de ferro (Sulfatos e hidróxidos tóxicos) e ácido sulfúrico (produto também corrosivo e tóxico).

- . O rejeito piritoso, contendo cerca de 20% de um mineral denominado "pirita carbonosa" (dissulfeto de ferro - FeS_2), apesar do significativo conteúdo de enxofre, vem sendo aproveitado, apenas parcialmente, pela Indústria Carboquímica Catarinense S/A - ICC, para obtenção de cerca de 300.000 t/ano de ácido sulfúrico, em Imbituba - SC.
- . Essa situação deverá agravar-se em muito, com a execução dos planos governamentais de expansão da produção do carvão catarinense, pois a ampliação das áreas de mineração, a intensificação da lavra em direção ao mar (baixo Araranguá) e às encostas das serras, atingirá as nascentes do Rio Tubarão comprometendo a qualidade das águas e, todos os usos do sistema hídrico e das áreas ribeirinhas à jusante.
- . O insuficiente controle da problemática ambiental, por falta de recursos financeiros de um planejamento global integrado para a Região Sul, poderá frustrar o seu desenvolvimento econômico, por impedimento do uso da água e do solo, em amplas áreas localizadas nos Municípios de Criciúma, Içara, Urussanga, Maracajá, Araranguá, Orleans, Lauro Müller, Grão Pará, Braço do Norte, São Ludgero, Imbituba, Tubarão e Laguna, comprometendo drasticamente todas as atividades urbanas, rurais, industriais, pesqueiras e turísticas, podendo dessa forma, causar problemas sociais e políticos altamente negativos e de consequências imprevisíveis.



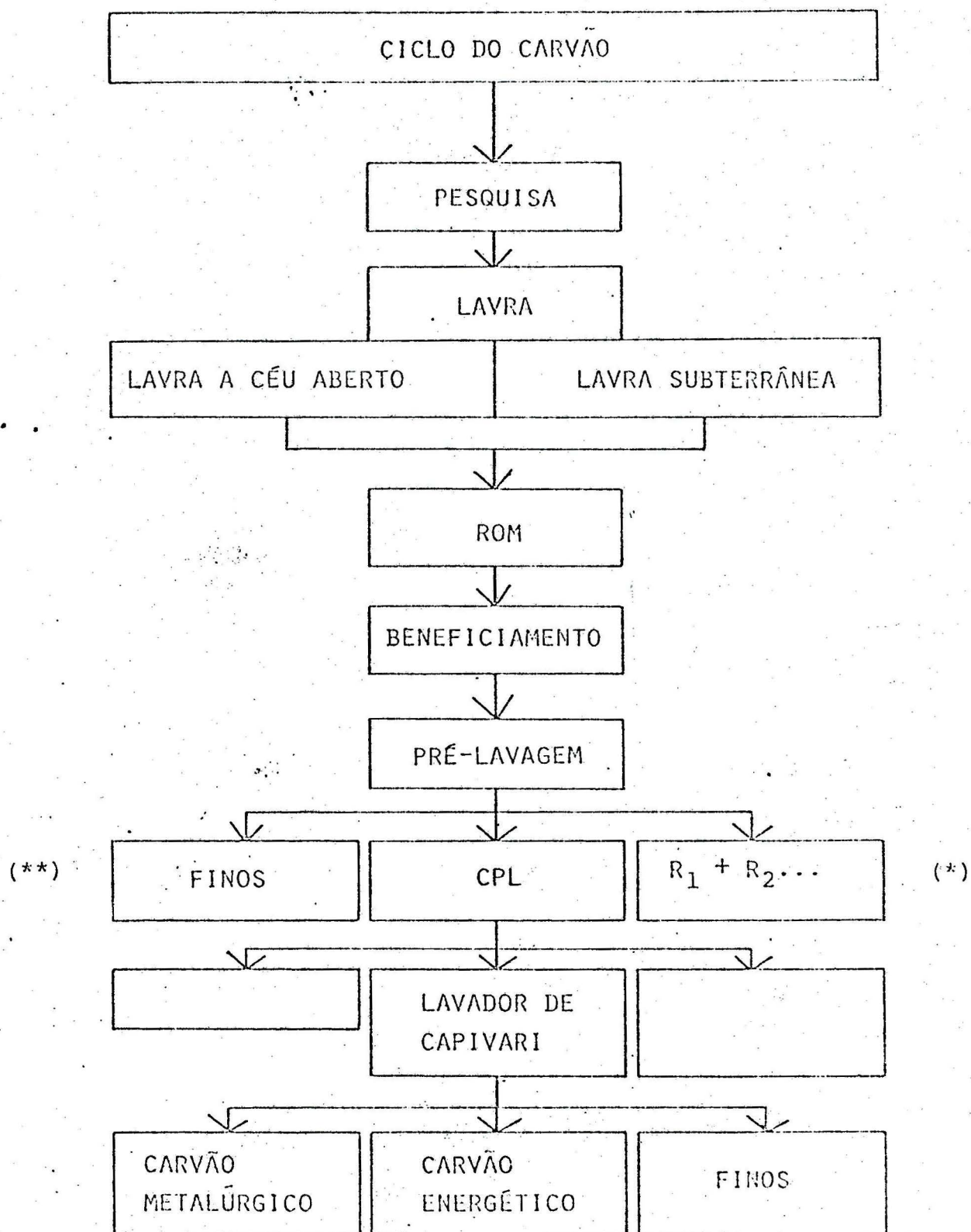
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA REGIÃO SUL-CATARINENSE

MAPA 1



IMA

FIGURA 1





EMPRESAS MINERADORAS QUE ATUAM NA BACIA CARBONÍFERA CATARINENSE

BACIA DO RIO ARARANGUÁ

1. Carbonífera Próspera S/A
- extração de carvão e beneficiamento
2. Sociedade Carbonífera Boa Vista S/A
- carbonífera
3. Carbonífera Próspera S/A (Mina a céu aberto e uma mina de poço)
- extração e beneficiamento de carvão
4. Carbonífera Metropolitana S/A (Mina União)
- extrativa carvão mineral
5. Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá
- extração de minerais
6. Carbonífera Barão do Rio Branco S/A
- mineração de carvão
7. Companhia Carbonífera Catarinense S/A
- mineração de carvão
8. Companhia Carbonífera São Marcos S/A
- extração de carvão

BACIA DO RIO URUSSANGA

1. Carbonífera Treviso S/A
- extração de carvão e beneficiamento
2. Companhia Carbonífera de Urussanga (Mina Santana)
- extração de carvão
3. Companhia Carbonífera Urussanga (Mina Rio Deserto)
- carbonífera





ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO DE AMPARO À TECNOLOGIA E AO MEIO AMBIENTE
CAIXA POSTAL 1254 -- FONE: 22-6299

BACIA DO RIO TUBARÃO

1. Lavador de Capivari S/A
- beneficiamento de carvão
2. Companhia Nacional de Mineração do Carvão do Barro Branco
- extração de carvão mineral
3. ELETROSUL (Usina Termoeletrica)
- geração de energia

2.3 ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA

Face a crítica situação do meio ambiente da Região Sul-Catari-
nense e a preocupação com os impactos de futuros empreendimen-
tos econômicos, foi delineado um elenco de projetos com os se-
guintes objetivos:

- promover a melhoria da qualidade ambiental e de vida na Re-
gião Sul de Santa Catarina;
- Compatibilizar o desenvolvimento econômico da Região com a
proteção do meio ambiente;
- promover, mediante instrumentos legais e meios adequados ,
a utilização racional dos seus recursos naturais; e
- promover a recuperação das áreas degradadas pelo efeito da
mineração, industrialização e usos do carvão, bem como de
outros minerais.

Dentre esses projetos, após Licitação Pública nº 01/81, foram
contratados, em 05 de junho de 1981, os serviços da empresa
Engenheiros, Consultores, Projetistas S/A - ECP, para elabo-
rar, com recursos alocados pelo BRDE/FINEP, os seguintes pro-
jetos:

PROJETO A - MONITORAMENTO AMBIENTAL

Objetivo: Avaliar periodicamente a qualidade das águas, do
solo e do ar, especialmente no eixo industrial/mi-
neral Araranguá-Criciúma-Tubarão-Imbituba.

Prazo de execução: 10 meses (previsão inicial)

Resultado: Forneceu um diagnóstico e projetou uma rede bása-

ca de monitoramento que possibilitará a avaliação sistemática da qualidade da água, ar e solo.

Custo estimado: US\$ 1.921.644,00

PROJETO B - AVALIAÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL

Objetivo: Avaliar os impactos físicos e biológicos das principais fontes de degradação ambiental, bem como dos impactos sociais e econômicos provocados pela implantação de grandes empreendimentos econômicos.

Prazo de execução: 24 meses

Resultado: Qualificou e quantificou os impactos da mineração e uso do carvão, definindo o modelo de avaliação para subsidiar o licenciamento ambiental.

Custo estimado: US\$ 50.000,00

PROJETO C - AVALIAÇÃO E CONTROLE DE FONTES DE POLUIÇÃO

Objetivo: Caracterizar as fontes de poluição e avaliar a sobrecarga recebida pelos rios das bacias hidrográficas do Araranguá, Urussanga e Tubarão.

Prazo de execução: 24 meses

Resultado: Identificou e avaliou as cargas poluidoras e projetou o sistema de fiscalização das unidades de controle que estão sendo implantadas pelas empresas potencialmente causadoras de degradação ambiental.

Custo estimado: US\$ 50.000,00

PROJETO D - CARBODATA - CENTRO DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS SOBRE
A REGIÃO CARBONÍFERA

Objetivo: Projetar um sistema para armazenar e recuperar dados sobre lavra, beneficiamento, transporte, disposição e usos do carvão e seus subprodutos, bem como sobre o meio ambiente.

Prazo de execução: 12 meses

Resultado: Permitirá a implantação de um banco de dados e informações específicas sobre a mineração e os usos do carvão, o meio ambiente e sua avaliação atualizada, subsidiando as decisões para o controle adequado dos problemas ambientais.

Custo estimado: US\$ 80.000,00

PROJETO E - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS DA
MINERAÇÃO DO CARVÃO

Objetivo: Elaborar um plano de reabilitação de áreas através do confinamento de rejeitos do beneficiamento do carvão em antigos depósitos, e a recuperação do solo para aproveitamento com fins energéticos, agrícolas e de urbanização.

Prazo de execução: 60 meses

Resultado: Permitirá a reabilitação de 1.200 hectares de áreas degradadas pela disposição indiscriminada de rejeitos a céu aberto, melhorando a qualidade ambiental

dos municípios mineradores.

Custo estimado: US\$ 10.500.000,00

PROJETO G - FIORITA/MÃE LUZIA - CORREÇÃO DA POLUIÇÃO DO SISTEMA HÍDRICO

Objetivo: Elaborar os projetos para corrigir e manter a qualidade da água, visando garantir e ampliar seus usos nos municípios de SIDERÓPOLIS, NOVA VENEZA, MARACAJÁ, ARARANGUÁ e, especialmente CRICIÚMA, através da recuperação física das áreas já mineradas a céu aberto em Siderópolis, para fins de reflorestamento e controle ambiental.

Prazo de execução: 48 meses

Resultado: Permitirá a execução de obras e serviços de desvio e canalização de 1,6 km do Rio Fiorita e recuperação física de 274,5 hectares de áreas mineradas. Permitirá, ainda, o melhoramento da água, do solo e do ar, em Siderópolis. (Foto 15)

Custo estimado: US\$ 2.220.580,00

PROJETO H - SANGÃO - CORREÇÃO DA POLUIÇÃO DO SISTEMA HÍDRICO

Objetivo: Estudar as alternativas de desvio do Rio Sangão e implantação de lagoas de retenção e abatimento da poluição remanescente das minas de carvão situadas a montante.

Prazo de execução: 48 meses

Resultado: Sua implantação deverá amenizar 40% dos efeitos da poluição residual das atividades da mineração e usos do carvão, sobre extensas áreas agrícolas de Criciúma e Maracajá, bem como áreas agrícolas/pesqueiras de Araranguá. (Foto 16)

Custo estimado: US\$ 6.178.366,00

PROJETO J - CpCAM - CENTRO DE PESQUISA E CONTROLE AMBIENTAL DE CRICIÚMA

Objetivo: Projetar um centro de pesquisa e controle ambiental, constituído por laboratórios de físico-química, cromatografia, hidrobiologia e microbiologia, além de salas para administração.

O CpCAM deverá desenvolver atividades de avaliação da qualidade da água, do solo e do ar, bem como de pesquisa, além de realizar estudos de caracterização e tratabilidade de despejos e emissões industriais, drenagem de áreas agrícolas, efluentes do beneficiamento do carvão e drenagem de mineração.

Prazo de execução: 48 meses

Resultado: Permitirá a implantação gradativa ou modular de um Centro com 1800 m² de área edificada para a realização de pesquisa ambiental e análises laboratoriais, facilitando o controle das fontes de degradação e proporcionando treinamento de técnicos especializados e o desenvolvimento de tecnologia apropriada.

Custo estimado: US\$ 1.685.000,00

PROJETO M - RECUPERAÇÃO PILOTO DE ÁREAS MINERADAS A CÉU ABERTO

Objetivo: Projetar, implantar e monitorar um experimento piloto de recuperação e reflorestamento de cerca de 9 hectares, em áreas de mineração de carvão a céu aberto, na localidade de ALTO RIO FIORITA, em SIDERÓPOLIS, com a finalidade específica de obter parâmetros de projetos de engenharia para recuperação de novas áreas a serem mineradas.

Prazo de execução: 18 meses

Resultado: Demonstrou a viabilidade da recuperação de áreas de lavra de carvão a céu aberto e está fornecendo subsídios aos projetos de controle das empresas mineradoras.

Custo estimado: US\$ 99.500,00

OBSERVAÇÃO: Projeto executado com pleno sucesso, conforme demonstram as fotos 17, 18, 19 e 20.

PROJETO N - MANUAL DE MANEJO DA MINERAÇÃO E USOS DO CARVÃO

Objetivo: Elaborar um manual para normalizar as principais atividades de mineração e uso do carvão, subprodutos e rejeitos.

Prazo de execução: 12 meses

Resultado: Servirá para orientar os mineradores e os órgãos de controle ambiental, subsidiando a elaboração e execução, bem como, o licenciamento e a fiscalização de novos projetos de lavra e beneficiamento do carvão prevenindo a degradação do meio ambiente, da saúde e do bem estar da população.

Custo estimado: US\$ 20.000,00

PROJETO O - LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE AS ATIVIDADES DE MINERAÇÃO E USOS DO CARVÃO MINERAL

Objetivo: Exercer o controle efetivo da poluição e promover o uso racional do espaço e dos recursos naturais.

Prazo de execução: 8 meses

Resultado: Permitirá a regulamentação de aspectos específicos da Legislação Estadual, facilitando o licenciamento e a fiscalização de novas fontes de degradação ambiental.

Custo estimado: US\$ 15.000,00

PROJETO P - ORGANIZAÇÃO E CONTROLE DO USO DO ESPAÇO

Objetivo: Elaborar um PLANO DIRETOR BÁSICO para orientar a localização de novas áreas urbanas, agrícolas, agropecuárias, industriais e minerais e atividades complementares, minimizando conflitos e promovendo a conservação dos recursos naturais e a proteção ambiental.

Prazo de execução: 12 meses

Resultado: Fornecer diretrizes e subsídios para o macrozoneamento ambiental, o qual orientará a elaboração ou reformulação de planos de uso do solo urbano e rural dos 32 municípios do Sul do Estado.

Custo estimado: US\$ 25.000,00

ANEXO 2. Notas taquigráficas da audiência pública realizada na Assembléia Legislativa de Santa Catarina no dia 17 de outubro de 1987.

Havendo quorum regimental para audiência pública, nós gostaríamos de ir cumprimentando todos os presentes, convidar para compôr a mesa dos trabalhos o Deputado Estadual Paulo Afonso Evangelista Vieira, e o Deputado Estadual Vânio de Oliveira. Pela Frente Nacional, o Deputado Eduardo Moreira, o Deputado Fábio Feldmann, o Deputado Gonzaga Patriota, convidaríamos também para compôr a mesa dos nossos trabalhos representando o Excelentíssimo senhor Governador do Estado o Dr. Mário de Lavini Filho e representando a Superintendência da FATMA para compôr a mesa dos nossos trabalhos, Dr. Sérgio Vieira Veiga.

Composta a mesa dos trabalhos, nós queríamos inicialmente dizer ao Deputado Fábio Feldmann e aos demais constituintes que nos honram nesta manhã do dia 17 de outubro, que a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina bem como a população de nosso Estado está honrada com esta audiência pública congregando os Estados do Sul do País, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e parabenizando essa iniciativa dos nossos constituintes na defesa do meio ambiente e daquilo que efetivamente a população brasileira tem a sua grande preocupação nesse momento histórico e nesse momento importante para a vida Brasileira no que diz respeito a nossa vida, ou seja a natureza o meio ambiente. Eu passo a palavra ao Deputado Eduardo Moreira que fará uma saudação especial aos constituintes e às entidades que nos honram na manhã de hoje com as suas presenças para essa audiência em nossa região, com a palavra o Deputado Eduardo Moreira.

Deputado EDUARDO MOREIRA: Bem, eu gostaria inicialmente de saudar o Deputado Aluísio Piazza que está presidindo a sessão, os Deputados Estaduais Paulo Afonso Vieira e Vânio de Oliveira, o Dr. Mário de Lavini Filho representante do Governador do Estado e Sérgio Vieira Veiga, Superintendente da FATMA, e dizer da nossa satisfação de ter hoje em Santa Catarina representantes da Assembléia Nacional Constituintes realmente interessados na questão de meio-ambiente, que nós sabemos e até hoje no nosso País realmente foi relegado a um plano secundário, são os Deputados Fábio Feldmann, Raimundo Rezende e Gonzaga Patriota, que hoje se encontram entre nós, e o Deputado Fábio Feldmann tem sido realmente um batalhador na área de ecologia, inclusive fizemos parte juntos da Subcomissão que tratou especificamente desse tema de meio-ambiente e, conseguimos elaborar junto com o Deputado Feldmann um texto muito avançado no setor, que infelizmente com o desenvolvimento com o trabalho da Constituinte, esse texto foi enxugado até não representar realmente os anseios dos ecologistas e daqueles que se interessam pela preservação do meio-ambiente, de modo que nós temos percorrido o País, temos ido a vários Estados onde a questão ambiental necessita ser discutida e Santa Catarina, neste momento. Procuramos fazer essas reuniões realmente num clima bastante informal com a participação de todos. É necessário, que nós possamos levar das regiões, realmente, sugestões, conhecimento dos problemas locais e regionais para que possamos traduzir na Constituição os anseios de todas as regiões, de modo que é uma grande satisfação ter entre nós esses Constituintes interessados nesse tema de tamanha importância na vida nacional e

eu vou passar a palavra ao Deputado Fábio Feldmann que realmente vai presidir a sessão pela sua participação efetiva e o seu conhecimento e o seu reconhecimento nacional e internacional na área de meio-ambiente.

Com a palavra o Deputado Fábio Feldmann que possa conduzir então os trabalhos da audiência.

Deputado FÁBIO FELDMANN: Bom, eu queria agradecer as palavras ditas até aqui, agradecer a oportunidade de estar na casa do povo de Santa Catarina, e sob a presidência do Deputado Aluísio Piazza com as presenças dos Deputados Paulo Afonso e Vânio de Oliveira e dizer que é uma grande oportunidade de que nós da Frente Nacional de Ação Ecológica na Constituinte, temos de estar aqui discutindo o capítulo do meio-ambiente. Nós estamos tentando criar uma nova prática na Constituinte, embora os trabalhos da Sub-Comissão já tenham sido terminados de realmente visitar os Estados com o maior número de deputados possível, e em todos esses Estados abrir e realizar audiências públicas para ouvir a comunidade, e ouvir a comunidade significa que nós fazemos questão de todas as entidades ambientalistas, que todas as associações comunitárias sejam convidadas e possam expressar efetivamente seus anseios. Ao mesmo tempo é uma oportunidade de nós verificarmos in loco os problemas ambientais do País que se repetem de maneira geral. Nós tivemos neste último fim de semana no Ceará, estivemos inclusive na Área de Proteção Ambiental de Jericoacoara, estivemos na Estação Ecológica de Aiuaba, e o que nós verificamos é o que ocorre em todo o País. Em Jericoacoara uma especulação imobiliária

gritante e que está praticamente, destruindo um dos maiores patrimônios do nosso litoral. Ao mesmo tempo nesse mesmo litoral nós verificamos uma super-exploração de lagosta e camarão toda ela feita de maneira ilegal e ilícita e absoluta falta de condições do órgão responsável que é a SUDEPE pra enfrentar essa situação. Na Estação Ecológica de Aiuaba no centro do Ceará, na área da caatinga, nós verificamos uma Estação Ecológica montada e implantada com equipamento e laboratório, mas sem que realize nenhum tipo de pesquisa científica na área, isto é, a Secretaria Especial do Meio-Ambiente possui uma Estação Ecológica e ela não está sendo utilizada para absolutamente nada. Nós estivemos já no Pantanal Matogrossense onde nós verificamos tanto no Mato Grosso quanto no Mato Grosso do Sul, uma situação terrível de abandono e indelinquência na caça do jacaré ao mesmo tempo que a situação da mineração com a ampla utilização do mercúrio, metal pesado com efeito acumulativo que realmente está destruindo praticamente todo o Norte do País. Até áreas onde não há presença humana nós verificamos efetivamente problemas sérios e estivemos também em Goiânia, a questão de uma semana atrás que hoje é o símbolo da negligência da missão da desídia das autoridades governamentais, omissão criminosa que ao mesmo tempo em que o País anuncia que tem condições tecnológicas de completar o ciclo de material radioativo nós verificamos uma absoluta negligência, uma criminosa negligência em duas etapas: Uma delas é a falta de fiscalização. Não sei como é que pode a Comissão Nacional de Energia Nuclear não fiscalizar. Além de não fiscalizar realmente tentar as vítimas como sendo os principais responsáveis pelo acidente. Isso é, à medida que

o episódio vai sendo revelado nós verificamos coisas como o fato de que se sabia do acidente e não se revelou a opinião pública por que estava se realizando um torneio de motocicleta internacional de maneira que se preferiu sonegar-se essas informações para a opinião pública. E uma segunda etapa de um segundo momento, em que me parece que é claro e evidente também essa missão é o despreparo da Comissão Nacional de Energia Nuclear para tratar do problema nuclear. Basta dizer que quando eu estive lá o acidente já havia ocorrido há um tempo de doze dias, e a Comissão de Energia Nuclear não possuía vestimenta e equipamento para entrar na casa onde o material radioativo teria sido fracionado. Isso num País que constroi usinas nucleares, num país que pretende construir a bomba atômica, num país que realmente se tivesse um acidente em Angra dos Reis trinta e dois milhões de habitantes seriam atingidos, onde nós temos apenas doze leitos hospitalares para tratar do problema de transplante de medula, então essa é a situação, esse é o descalabro que nós verificamos na área de meio-ambiente no país. E que se o Exterior, nos considera campeões mundiais de adversidade genética, de adversidade biológica, se nós temos o maior número de espécie de animais e vegetais ao mesmo tempo em que nós somos campeões mundiais de devastação florestal, estatísticas indicam que nós destruimos cem mil árvores por hora, que existe na verdade política de reflorestamento que levam a que floresta primárias sejam substituídas por reflorestamento e coisas que o valham, então é um grande desafio que a Assembléia Nacional Constituinte tem. E não apenas os deputados, particularmente os deputados que estão aqui que têm tentado realmente

avançar no texto constitucional, mas a sociedade, é criar mecanismos para que a sociedade de maneira geral melhor entenda o meio-ambiente e que nós tenhamos uma melhor visão de meio-ambiente. Cubatão, é o exemplo de uma política econômica, uma visão de mundo em que se acreditava que a poluição era um exemplo de progresso e que a poluição era bem-vinda e Cubatão é apenas um exemplo que todas as regiões metropolitanas do país são consideradas áreas críticas de poluição. Então o que nós estamos tentando fazer no novo texto constitucional, é, em primeiro lugar firmar alguns conceitos, como de que desenvolvimento e meio-ambiente preservação ambiental andam juntos. De maneira alguma nós podemos continuar e persistir com modelo econômico que destrói os recursos naturais, que não são agregados ao Produto Interno Bruto dos cursos sociais, dos cursos ecológicos desse modelo, ao mesmo tempo procuraram desenvolvimento sustentado como todas as nações do mundo já preconizam hoje, tentando colocar umas questões novas, do ponto de vista do texto, eu gostaria de ressaltar três aspectos que me parecem os mais importantes para abrir uma discussão: o primeiro deles é a questão do direito do meio-ambiente estar desequilibrado e a criação de mecanismos de proteção de tais direitos como acesso ao poder judiciário, através da ação popular que foi um instrumento jurídico que foi ampliado de ação civil pública. Em segundo lugar a questão dos crimes ecológicos, e essa é a questão talvez que nós estamos tendo a maior dificuldade, o crime ecológico. Já se tentou tirar o crime ecológico do novo texto, 15 vezes, ele entrou 16, tanto é que ele permanece, mas já se tentou e a redação tem sido piorada a cada fase que nós passa

mos na Assembléia Nacional Constituinte. Não significa a inclusão no capítulo no meio-ambiente da figura do crime ecolôgico que a partir daí o poluidor irá para a cadeia, não é exatamente isso, mas isso é uma norma que obriga na verdade o legislador ordinário no Congresso Nacional a efetivamente promulgar uma legislação penal que realmente cesse com a impunidade de um lado dos agentes que produzem poluição e devastação e das próprias autoridades governamentais, como é o caso da Comissão Nacional de Energia Nuclear que pela sua omissão, são talvez mais responsáveis que os próprios agentes, no segundo aspecto, esse eu acho talvez a grande vitória do texto constitucional, é a obrigatoriedade dos estudos do impacto ambiental antes da realização de grandes obras e grandes projetos, se nós fôssemos verificar realmente o impacto das grandes obras que ocorreram neste país, certamente nós não teríamos optado por elas; óbvio que nós passamos por regime autoritário em que não se perguntava que obras eram importantes e a sociedade respondesse, mas nós não verificamos na chamada Nova República nenhuma mudança efetiva nesse tipo de colocação. Basta dizer que existe um plano de colocação na Amazônia de 32 Usinas de hidrelétricas, o número eu não estou certo, que representaria a inundação de 200 km² para essas usinas hidrelétricas. Inclusive uma usina em Xingú, que seria maior que a usina de Itaipú, que é uma obra extremamente polêmica e controversa e eu não posso deixar de citar também que as usinas, que as dufas da hidrelétrica de Balbina foram fechadas clandestinamente há três semanas atrás e que a licença de operação foi concedida pelo órgão estadual de meio-ambiente numa manobra que envolveu o Governador do Estado e que

nós teremos certamente em Balbina o exemplo que não pode ser feito e o que não deve ser feito. Se anuncia, por exemplo, uma operação de resgate de animais quando nós sabemos que o resgate de animais é impossível, por que o animal, mesmo sendo resgatado numa condição de "stress", ao serem reintroduzido em outras áreas ele levará o desequilíbrio ecológico nessas outras áreas, então eu acho que isso tudo em impacto ambiental é um instrumento democrático e mais efetivo que nós estamos tentando dar a sociedade civil. Se antes de uma grande estrada, antes de um grande porto, antes de uma grande hidrelétrica ou mesmo de um plano, que se faça os estudos do impacto ambiental, e o ambiente não visto apenas como fauna e flora, mas um ambiente visto inclusive com os agrupamentos humanos, agrupamentos humanos primários, de modo que haja realmente uma discussão ampla da sociedade civil com relação a isso e a efetiva participação. Hoje já existe o estudo de impacto ambiental obrigatório através de uma resolução do CONAMA, mas o que nós decidimos estamos assistindo uma verdadeira proliferação de estudos de impacto ambiental, a obra já foi implantada, a obra já está de finida, e se faz um estudo impacto ambiental, que apenas legitima essa obra, o que não é absolutamente o estudo impacto ambiental, que é um instrumento de decisão e tem que apontar as alternativas. Em terceiro lugar eu gostaria de falar da questão nuclear onde nós efetivamente encontramos as maiores barreiras na discussão, os membros aqui da Frente Nacional, a maioria de nós aqui fez parte da Comissão de Ordem Social. Nós conseguimos efetivamente obter alguns avanços significativos, alguns, inclusive, polêmicos, como a proibição das usinas nuclea

res no território nacional, exceto para finalidades científicas e a proibição dos artefatos bélicos nucleares. Ora, a questão nuclear é uma questão que foi tratada neste país como uma questão de segurança nacional e ponto de honra dos militares brasileiros. Isso sem sombra de dúvidas, e até isso explica a permanência do Dr. Rex Nazareth na Comissão Nacional de Energia Nuclear depois do acidente, porque em nenhum país do mundo o presidente de uma comissão que se verifica omissa e irresponsável, permanece no cargo. Isso só é justificável no país à medida que ele tem um aval dos setores importantes da sociedade, os setores significativos do ponto de vista político que é o caso dos militares. O que ocorreu? Nós tínhamos um dispositivo e uma emenda popular que proibia os artefatos bélicos nucleares, ela foi transformada num dispositivo que diz que energia nuclear será admitida apenas para fins pacíficos, submetida ao Congresso Nacional, por que ainda não se satisfaz. Isso não nos satisfaz exatamente porque muitos defendem a bomba atômica como instrumento de paz; entre eles, o ministro do exército Leônidas Pires, que diz, uma vez sendo portador do artefato bélico nuclear, ele, na verdade, será menos vulnerável à algum ataque externo e nós achamos que é inadmissível essa posição, que se realmente o país tem um programa nuclear que não tem finalidades bélicas, se nós estamos construindo um submarino nuclear em Iperó (Sorocaba-SP), não há nada que impeça que se coloque um dispositivo mais claro, que vai levar uma enorme controvérsia, o submarino nuclear, o submarino com reator que está sendo construído em São Paulo, como é que ele seria visto e analisado diante do dispositivo que se encontra hoje, que diz que energia nuclear será admitido apenas para fins pacíficos. Construir o reator nuclear para o submarino é para fins pacíficos

ou não? Exatamente para clarificar isso, que nós estamos tentando efetivamente um dispositivo que diga que nós não queremos artefatos bélicos nucleares e realmente não conseguimos, tal dispositivo. Acho que o acidente do césio em Goiânia tem que servir como um alerta para o perigo que envolve a energia nuclear. Ninguém contesta a energia nuclear para fins pacíficos ou uso da radioterapia para uso do tratamento do câncer, na própria agricultura, mas a energia nuclear é perigosa. Um equipamento hospitalar em 1987 causou o considerado maior acidente no hemisfério ocidental. O que pensar então no caso de Angra dos Reis ? O deputado Eduardo Moreira estava lá e pode atestar aqui o que foi a visita a Angra dos Reis: os alarmes estavam desativados sob alegação de causar muito incômodo ao operador da usina, e o plano evacuação demonstrava que em 48 horas se evacuaria o pessoal da estação nuclear 5.000 operários e em 8 dias num raio de 45 km a população de Angra seria atingida, seria removida apenas 15 dias depois, e não se previa a expansão da nuvem radioativa, além de Angra dos Reis. A lembrança do Chernobil é muito séria e os estudos científicos demonstravam que o raio seria apenas de 300 km a nuvem radioativa e nós tivemos 1.200 km atingindo Estocolmo no meio da Europa. Então essa é a situação que nós convivemos: com a questão da Energia Nuclear, e a questão do lixo nuclear, e eu gostaria de dizer como deputado e creio que nós compartilhamos, os deputados que estão aqui de que neste momento, em que se pretende transferir o Congresso Nacional uma mensagem do executivo, mas na verdade conferindo ao Congresso Nacional o ônus decidindo o lixo radioativo é absolutamente inaceitável. Ou se passa ao Congresso

hoje a discussão de todo programa nuclear, ou não se passa apenas a discussão do lixo nuclear como o Presidente Sarney fez. Quem decidiu o programa nuclear foi o Executivo, quem executou o programa nuclear foi o Executivo, quem tem as informações sigilosas, secretas é o Executivo, então porque passar ao Congresso apenas uma parte do problema nuclear que é exatamente o abacaxi que é o lixo nuclear, por que esse ônus ao Congresso Nacional? Óbvio nós queremos decidir sobre o lixo nuclear se nós tivermos todas as informações sobre o problema nuclear, isto é, no nosso país nós temos um problema nuclear paralelo, um problema nuclear sigiloso, ele não passa pelo crivo da sociedade, mesmo assim ninguém diz nada, então no momento que o programa paralelo deixar de ser um programa sigiloso, secreto e paralelo e for discutido no Congresso Nacional, nós aceitamos a discussão do lixo, agora, discutir o lixo para assumir o ônus diante da opinião pública e sem ter acesso às informações, nós achamos realmente que é demagógico e que é muito malicioso. Estes são os pontos que eu gostaria de ponderar, eu gostaria de passar a palavra para os deputados Raimundo Rezende, Deputado Gonzaga Patriota para que eles fizessem essas ponderações e o que eu acho mais importante é ouvir de vocês quais são realmente as colocações que devem ser feitas, e nós estaremos tentando hoje à tarde e amanhã conhecer um pouco melhor, está certo que dentro de uma exiguidade de tempo, os problemas de Santa Catarina, por isso foi escolhida a região da Bacia Carbonífera que é um dos maiores problemas do Estado e do país, mas nós também estamos colhendo sugestões, e gostaria de dizer que eu lamento se realmente houve algum problema da nossa parte no envio

de convites, e parte das entidades ambientalistas não estão presentes mas isso não foi nosso interesse, inclusive a ausência de alguns líderes importantes como Eduardo Viola reconhecido nacionalmente que eu conheço muito bem, o próprio Gilberto Ranfino e que pessoalmente eu lamento muito o fato de ter havido um problema de comunicação mas era da nossa vontade e de nosso interesse abrir para maior participação possível nesse debate e continuar no ano que vem, esse debate aberto entre o Congresso Nacional, já não como Constituinte, e a sociedade de maneira geral, para eliminar a distância que existe entre nós.

Deputado RAIMUNDO REZENDE: Quanto às palavras do Fábio Feldmann, sem dúvida um grande conhecedor do assunto e dedicado à ecologia e ao meio-ambiente e aos problemas ligados a essa nossa luta, eu quero manifestar a satisfação de estarmos aqui, e principalmente revendo na sua terra o nosso colega e companheiro, Eduardo Moreira já que somos colegas na atividade profissional da medicina. Fábio expôs o assunto de maneira sucinta mas abrangente, ele falou e a conclusão que se tira de suas palavras de imediato é a irresponsabilidade e a incompetência que nós encontramos em alguns setores e algumas autoridades, como o caso que ficou gritante nesses acontecimentos dolorosos que deram repercussão internacional ao país através da tragédia de Goiânia. E quando, com a proporção que se atingiu quando encontramos afirmações públicas como em revistas de que tomou-se a manifestação das providências imediatas, porque tomou-se conhecimento, mas adiou-se a manifestação das providências imediatas, porque ia acontecer um fato relevante em Goiânia que era o campeonato mundial de motocicleta. Outra afir

mação que o Fábio fez da Estação Ecológica de Aiuaba lá no Ceará, com acomodações físicas satisfatórias, adequadas, e nós ouvimos lá dentro, lá na Estação, através dos poucos funcionários que lá trabalham, mal pagos, mal remunerados, queixosos, afirmação de que nenhum pesquisador apareceu lá, uma afirmação que nos fez o funcionário responsável pela Estação, por esta Estação Ecológica. O nosso trabalho na Constituinte, o nosso trabalho na atualidade, todo esse trabalho que vem sendo desenvolvido, evidentemente nos traz muita esperança, sobretudo a confiança de que desse trabalho, através da conscientização e da inserção na Constituição, de condições que possamos posteriormente, através de leis complementares, formar um círculo que permita levar a punição àqueles que agredem o meio-ambiente, nós temos muita esperança que isso venha a acontecer. Já sentimos através de todo esse trabalho, que essa conscientização levada a todos os Estados, através da reformulação das Constituições estaduais que tiver aqui, deverá ocorrer em 1988, nós colocaremos nas Constituições estaduais meios também que venham favorecer esta campanha em defesa da ecologia em nosso país. Mas, a nossa presença aqui significa mais a preocupação não só de transmitir essas notícias, mas sobretudo ouvir, aqui no recinto dessa Assembléia, sugestões, críticas que possam ser levadas à Constituinte e também ao trabalho que estamos realizando, portanto vocês é que devem se manifestar a respeito do assunto que nos toma o tempo nessa manhã. Muito obrigado.

Deputado GONZAGA PATRIOTA: Quero cumprimentar o presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, o representante do Governador do Estado, representante da FATMA, senhores deputados estaduais, os colegas Eduardo Moreira, Fábio

Feldmann, Raimundo das Minas Gerais, os ecologistas, a imprensa e dizer que desde quando chegamos à Assembléia Nacional Constituinte, quando participamos de audiências públicas, e subcomissões, na qualidade de morador naquele recanto do país, o Nordeste, uma região de certa forma esquecida, ampla, onde é cortada pelo rio da Unidade Nacional, São Francisco, hoje poluído, tive a preocupação de acompanhar essa equipe, principalmente o Fábio, profundo conhecedor dos problemas ecológicos do país, para aprender com vocês, e esse é o motivo que eu estou aqui em Santa Catarina, para aprender alguma coisa e lutar na Assembléia Nacional Constituinte para deixar uma janela aberta, como a própria Frente Nacional de Ação Ecológica na Constituinte pretende, para que as leis ordinárias complementares possam amanhã punir tanto o poder público como o privado. Nós vivemos em um país que não tem controle de natalidade e essa preocupação de amanhã, outras regiões, que não aqui a região do Centro-Sul, que já está mais ou menos prevenida para combate seja também atingida; eu fico feliz em participar de diálogo...

A lista nominal que está aqui no final desta cartilha que foi distribuída para pressionar a todos por uma Constituinte que seja mais decente, uma Constituinte onde os lobbies econômicos realmente não tenham a sua hegemonia assegurada. Infelizmente, todo mundo sabe e todo mundo acompanha pela imprensa aquilo que vem acontecendo em Brasília e esse ciclo de visitas que os deputados aqui presentes estão realizando, demonstra que nem tudo, realmente, está perdido. Essas audiências públicas que lá fora são as normas de contato entre gover

no e poder e sociedade, são uma semente que eu acredito que ve
nha para ficar, eu acredito que deveriam todas as outras ques
tões pertinentes à questão da qualidade de vida, da segurança
da população, merecer por parte dos outros Constituintes reu
niões como esta aqui. Infelizmente não é isto que se observa.
Realmente a questão da medicina está sendo totalmente torpedia
da, a própria questão da nova ordem econômica brasileira está
sendo vítima de quantos torpêdos, de grandes realmente. É um
resultado um tanto quanto melancólico por enquanto, esse que
se presencia em Brasília. As visitas dos deputados Constitu
tes aos lugares onde estão ocorrendo os principais problemas
ambientais, de segurança pública do país, realmente elas cons
tituem um momento de reflexão o que será que está acontecendo
' com esse país, os acontecimentos recentes em Goiânia foram bas
tante expressivos, mas no entanto, como eu dizia, como conver
savamos há pouco, deputados estaduais deste Estado como o depu
tado Aluísio Piazza, essas questões são realmente um tanto quan
to desconcertantes Santa Catarina vem sendo vítima de desastres
ambientais desde que eu me entendo por gente, venho co
brindo os desastres ambientais em Santa Catarina, testemunhando a dor,
testemunhando o sofrimento de um povo que é açoi
tado pela in
clemência das águas, ora pela seca, pela aridez desde os anos
60, desde a década de 70 e tudo isso realmente não serve de ne
nhuma justificativa para programas mais sérios de combate a es
tas questões ambientais, o que nós vimos no passado recente,
foram promessas e mais promessas por parte de Ministros de Es
tados que eu acompanhei aqui, por parte de governantes inescru
pulosos e jamais houve uma consulta realmente mais íntima e
pessoal à sociedade civil, nós temos aqui o vale do Itajaí co

mo um exemplo dessa política de devastação de desprezo pela qualidade de vida no nosso país; e que o desmatamento provocou uma alteração brutal no regime das águas no ciclo hidrológico, e um projeto, projeto Rondon Brasil, estimou que o custo do reflorestamento com espécies nativas do vale do Itajaí equivale ria algo em torno de 3% da dívida externa brasileira, eu acredito que esta estimativa esteja por demais inflacionada, deve existir aí realmente algum intuito de pegar mais algumas percentagens, realmente desses programas mas isso demonstra que o problema é muito fundo. A enchente em Santa Catarina, os desequilíbrios que sofre esse litoral sub-antártico, varrido pelas correntes oriundas da Patagônia e da Antártida, esses problemas são da mesma dimensão, eu classifico e reputo, dos ocorridos há duas semanas em Goiânia, a morte, o desespero, a pobreza, o aviltamento das condições de vida, isso tudo é um perigo insidioso semelhante ao das radiações daquela cápsula de Césio criminosamente deixada à mercê dos mendigos catadores de ferro velhos lá de Goiânia, eu acredito que os problemas da sociedade brasileira, eles devem ser discutidos na casa do povo como estão sendo aqui nesse momento, e deve ter também uma repercussão maior por parte dos outros poderes. Não adianta nada o Legislativo ter a coragem, a audácia de vir aqui, se o Judiciário não sabe cobrar todas as denúncias, por exemplo, neste mesmo momento estão sendo feitas e já foram feitas e serão feitas por todos aqui presentes, o dia em que tivermos realmente os poderes públicos todos irmanados, e que tivermos aqui, saindo desta casa de leis, desse encontro, nesse dia 17 de outubro, uma série de processos e de sanções, uma série de providências por parte dos poderes Executivo e Judiciário, nós encontraremos

realmente um caminho para afirmação de nossa nacionalidade, eu gostaria apenas de saudar a todos os deputados aqui presentes, mas principalmente às entidades ambientalistas que conseguiram se fazer presentes aqui, essas entidades, senhores deputados, foram as que realmente carregaram o ardor até o presente momento, foram estas entidades que propiciaram, por exemplo, o estágio de maturação política que leva Santa Catarina a estar presente, a conquistar a sua Secretaria de Meio Ambiente, essas entidades são as responsáveis por essa política de tombamento da Serra do Mar em que Santa Catarina ao lado de outros 4 Estados vai realmente colocar um basta à devastação, vai colocar realmente um marco decisório no início da exploração racional, auto-sustentável dos recursos marinhos e costeiros do país, eu gostaria de terminar solicitando aos presentes, principalmente ao representante do governador e ao Sr. Aluísio Piazza, que depois dessa 1ª rodada de manifestações dos presentes na platéia, respondesse se estou certo quanto à aprovação da Secretaria de Meio Ambiente de Santa Catarina e quanto também ao intuito desse Estado em não permitir que a Mata Atlântica aqui siga o exemplo que houve e que ocorre hoje no sul da Bahia e em outros Estados aonde a devastação é por demais perigosa e violenta, gostaria também de solicitar o apoio e a inclusão desta casa do povo como membros filiados dessa Frente Nacional que eu acredito que deva ter uma vida longa, eu acredito que a Constituinte que aqui está, ela poderá nascer fraca, ou tibia, ou descozida, mas vai depender muito da nossa coragem pessoal, individual e coletiva, fazer com que os marcos de civilização aqui expostos, já nesta manhã, sejam firmados e consolidados entre nós.

Eu sou FRANCISCO FERREIRA da Associação MEL, Florianópolis, nós estamos mais uma vez aqui reunidos para discutir as preocupações ecológicas e satisfeitos de estar contando com a participação de deputados constituintes para justamente discutir uma questão que ainda hoje na nossa sociedade é muito periférica, a exemplo do que ocorre dentro da Constituinte nós vivemos numa Sociedade em que meio ambiente é considerado perfumaria, algo que precisa ainda ser profundamente discutido, e colocado como referência básica, referência importante para que olhar essa realidade política, econômica, social e perceber que a ecologia deve ser o eixo das decisões políticas principalmente hoje dentro da Constituinte. Eu gostaria em 1º lugar de perguntar ao deputado Fábio Feldmann, como fica a dinâmica de trabalho desta reunião já que estamos adiantados na hora e se há possibilidade da gente já se introduzir nas questões pertinentes ao debate.

FÁBIO FELDMANN: perfeitamente, não tem horário fixado, a reunião vai até o momento que a última palavra, a última pessoa se inscrever e fizer o uso da palavra.

FRANCISCO FERREIRA: tem horário para o almoço ?

FÁBIO FELDMANN: não, mas o almoço é menos importante apesar da fome de todos; vamos ficar até a hora que for necessário.

Então eu gostaria de colocar a 1ª questão que eu acho importante que a nível Nacional, o Brasil é um país que exporta, ou melhor o Brasil é um país que gasta milhões em cam

panhas, tipo, "vamos viver sem violência" e ao mesmo tempo exporta armas mortíferas para mais de 40 países, eu acho que essa questão é uma questão central prá nós ecologistas hoje a nível nacional inclusive como eixo importante das discussões dentro da Constituinte. Eu acho que nós temos que questionar profundamente a ideologia da segurança nacional neste país, essa ideologia que criou esse Estado Militar, estado policial, esse estado de segurança precisa ser profundamente questionado, acho que as palavras do deputado Fábio Feldmann ilustram a dificuldade que é de colocar essa discussão publicamente na nossa sociedade de que ainda vive um processo de militarização profundo, nós precisamos questionar essa ideologia de segurança nacional, por que essa ideologia que expande de forma ilimitada o mercado militar, a economia militar do nosso país, essa economia hoje transforma inúmeras indústrias civis em indústrias militares, indústrias voltadas, como falei, prá exportar armas prá mais de 40 países do mundo prá alimentar o conflito na América Central, na Ásia, na África, pra enfim transformar a nossa indústria numa indústria bélica voltada para a morte e não para a vida. Nós precisamos, a Constituinte principalmente, precisa urgentemente colocar um freio nesse processo, nós precisamos desmontar esse estado militar, esse estado policial que se diz estado da segurança e que cada vez mais é responsável por esse estado de insegurança na cidade e no campo, então essa questão é prá nós, é uma questão-chave, importantíssima, é uma questão de vida ou morte. O Brasil não pode mais produzir um programa nuclear bélico secretamente. A sua diplomacia tem extremas dificuldades de considerar e de colocar publicamente que esse pro

grama é um programa pacífico. Isso não é verdade. Então a nossa preocupação em termos de ecologistas atuantes nesse sentido é que a Constituinte cumpra o seu papel fundamental, que seria de transformar a defesa militar violenta de substituir essa defesa militar violenta, numa defesa civil não violenta, acho que essa é a questão Central hoje, dizer definitivamente não a esse programa nuclear bélico esse programa secreto que por incrível que pareça em plena Constituinte continua sendo desenvolvido secretamente, eu acho que esse é um assunto direto a existência da própria Assembléia Constituinte. Eu acho que o programa nuclear brasileiro além de ser nocivo à própria economia do país, ele é na verdade um salto no escuro, ele é uma tecnologia que nós não dominamos, é uma tecnologia extremamente dura de grande impacto ambiental; isso que ocorreu em Goiânia é um pequeno exemplo que ilustra o que foi Chernobyl na Rússia no ano passado, então na realidade o que nós temos que colocar hoje na Constituinte, a nível nacional, me parece que é trazer à tona essa discussão que está num âmbito muito fechado dentro dos aparelhos militares que ainda não foram desmantelados, sinto como exemplo o FMI, a nível estadual eu acho que o documento que hoje foi distribuído coloca uma questão fundamental que é a questão da definição do crime ecológico, essa é a questão, distinguir o mais claro possível o que significa crime ecológico e dar como instrumento de luta para sociedade, oferecer mecanismos seguros que esta definição possa ser utilizada através de ações populares que beneficiem a defesa do meio ambiente ; acho fundamental também que os ecologistas na Constituinte definam um projeto de eco-desenvolvimento a nível nacional, a

exemplo do que já se defende a nível municipal e a nível esta
dual, um projeto de eco-desenvolvimento que questione profunda
mente o crescimento ilimitado da nossa economia, que questione
profundamente o excesso, o crescimento ilimitado da produção
material de nova necessidade de consumo, nós temos que definir
uma economia verde, um projeto de economia verde que aceite a
economia como necessária, mas não como suficiente. Mas não po
demos trabalhar única e exclusivamente com uma questão econômi
ca, ela é fundamental, ela é necessária mas não é suficiente,
nós temos que atuar em diferentes dimensões, a dimensão cultu
ral é extremamente importante, eu cito aqui o exemplo da ques
tão do lixo está se querendo implantar uma usina de lixo na nos
sa cidade, a exemplo do que ocorre em vários Estados do nosso
país, e do eixo sudeste é a concepção econômica desta solução
anula as outras concepções que são extremamente importantes, co
mo a questão cultural. Então nós temos que adotar um projeto
de desenvolvimento que não seja auto-destrutivo, um projeto de
desenvolvimento que não privilegie única e exclusivamente a
economia, mas que dê ênfase principalmente pra questão cultural.
Nós precisamos mudar o nosso modo de vida, que é extremamente
predatório, nós temos que mudar a norma da nossa sociedade que
é a norma do desperdício é a norma da depredação, nós temos que
atuar a nível cultural nessa sociedade, essa sociedade é feita
por vontade extremamente econômica e por isso que nós pensamos
que ecologia deva ser referência básica para olhar essa reali
dade, essa realidade cultural, essa realidade política e essa
realidade econômica, então, em resumo, eu teria outras questões
para colocar, mas acho fundamental o trabalho da Frente que
cumpre um papel que a toda constituinte deixa de cumprir. Quan

do se fecha no debate dentro do Congresso, então eu queria pa
rabenizar todas as autoridades aqui presentes, os deputados
constituintes e esperar que esse trabalho avance cada vez mais
no sentido de alertar a população do que acontece hoje na Consti
tuinte, era só isso, obrigado.

FÁBIO FELDMANN - Vânio de Oliveira

DEPUTADO VÂNIO DE OLIVEIRA - Nós queremos cum
primentar a mesa, senhores deputados constituintes, colegas de
putados estaduais e demais autoridades, demais presentes, para
fazer um registro: nós na Assembléia Legislativa levantamos
as questões de meio ambiente juntamente com outros deputados,
mas vimos a necessidade da nossa Serra Geral, parte da Serra
do Mar que vem do Paraná, entra em Santa Catarina e o restante
que é a Serra Geral e constituímos uma comissão de parlamenta
res especial para tratar justamente do tombamento da Serra do
Mar e Serra Geral, por que vimos realmente a necessidade, e aí
parabenizamos a Frente Nacional de Ação Ecológica na Constituin
te, por desenvolver esse trabalho e chegar até Santa Catarina
através do nosso conterrâneo, deputado federal constituinte que
faz parte da mesa, MOREIRA e dizer que já fizemos uma reunião
e a partir de 4^a feira que vem e semanalmente nós estaremos ou
vindo autoridades, seja do âmbito Estadual e Federal, para que
possamos buscar subsídios, para que possamos fazer com que es
te projeto seja desenvolvido e que possamos dizer e até parabe
nizar aqui o Paraná, grande cartaz que ele vem dizendo "Agora
a Serra é Nossa", por que há realmente uma depredação muito
grande em Santa Catarina, na Serra do Mar e Serra Geral, indis

criminada e criminalmente, aí vem o grande problema de enchente, de erosões e até a grande preocupação, principalmente na nossa região, que é a região Carbonífera, a cidade de Criciúma e demais municípios aos redores que estamos com problema de abatecimento de água, e se nós não fizermos alguma coisa e se as entidades organizadas do Estado, que essa comissão vai chamar também ao debate em hora oportuna, se nós não fizermos alguma coisa, nós vamos deixar as populações também sem o líquido precioso que é a água, por que com o desmatamento da Serra Geral e Serra do Mar, nós estamos fazendo aí, com que as fontes, as nascentes também tenham prejuízo e venha secar-se, portanto eu trago aqui o registro e dizer às oganizações que aqui estão presentes que houveram de receber, tanto essas organizações de Santa Catarina, como também do Paraná, e quem sabe foi até cogitado aí num bate papo junto com os demais representantes do Paraná, quem sabe nós realizemos estes 5 Estados que são: Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, um grande debate na questão desta Serra do Mar que é tão importante que é o que nos resta e aqui nós termos um documento que recebemos que diz que o objetivo prioritário é defender os 5% restante da Mata-Atlântica, eu acho que é fundamental para nós preservar aquilo que é nosso e eu deixo aqui um apelo às instituições, aos deputados, aos constituintes, que continuemos fazendo alguma coisa para que preservemos ainda aquilo que nos resta, aquilo que é mais precioso que é esse meio ambiente que é vida, que é o futuro de todos nós brasileiros, obrigado.

NÃO SE IDENTIFICOU - Gostaria de levantar duas questões ou dois campos pelo menos para o debate, 1º reforçan

do as palavras do Fábio Feldmann e do Randau, é assegurar um instrumento Constitucional a intervenção da Sociedade civil no que diz respeito à defesa do meio ambiente e relacionado com isso a discussão das alternativas de desenvolvimento, das propostas do desenvolvimento que às vezes em nome dos interesses exclusivamente econômicos, têm prejudicado sensivelmente tanto o aspecto social quanto de meio ambiente. Aqui em Santa Catarina nós temos diversas situações onde isso é bastante visível. Debate maior, mais sério é o problema do uso dos nossos recursos hídricos, no vale do Rio Uruguai o programa da Eletrobrás um programa a 2.10 prevê a construção de 22 usinas hidrelétricas. Ninguém discute a importância social da geração dessa energia e a necessidade quando o nosso Estado por exemplo produz menos de 50% da energia que consome hoje e também a carência de energia, o déficit de energia a nível nacional, isso não se discute mas é importante que haja uma transparência maior na adoção da Tecnologia de geração, que haja uma participação maior da sociedade na discussão dessa matriz energética, o porquê desse programa que por um lado gera uma quantidade razoável de energia, que nós necessitamos, por outro desabriga cem mil famílias de pequenos agricultores com alta produtividade, esse é um assunto que deve ser considerado com maior respeito, o movimento dos desabrigados de barragens desses pequenos proprietários é um movimento forte e vem se constituindo em todo o resto de Santa Catarina, esse movimento tem encontrado enormes dificuldades no trato da questão, eu diria que um desrespeito da parte do Estado quando estabelece esse programa em relação a sociedade civil atingida na área, porquê a exemplo da

1ª unidade a de Itá, Machadinho e outros, o pessoal sabe que vai ter que sair da propriedade e até o momento não lhes foi apresentado um plano sério, um plano tecnicamente fundado de reassentamento, então não se sabe prá onde é que vai, essa é uma questão que eu cito a título de exemplo. Como esse, em nosso Estado e em todo o país existem inúmeras outras. A questão da Região Sul de Santa Catarina que os senhores irão visitar é outra situação típica. Nós estamos vendo tanto a ampliação do complexo de extração do carvão, como estamos assistindo nesse momento, inclusive, a ampliação do setor Termo-elétrico a LACERDA 04.0 rema dela esta sendo usado pela FATMA, existe já perspectiva da JORGE LACERDA 05 e de outros termo-elétricos na região sul e essa discussão não chega a nível da sociedade, não está passando. Por um lado há um problema cívil, fruto de um período autoritário que passou, por outro, também, há falta de instrumentos institucionais que garantam a participação efetiva da comunidade. Poderia citar outros exemplos aqui. Nós vamos fixar de forma restrita, o programa do carvão que vai transportar a bacia carbonífera que os senhores vão conhecer e, por exemplo, já existe a pesquisa nos municípios de Alfredo Wagner e Rio do Sul em Santa Catarina. Quer dizer, entrando para o vale do Itajaí, a Votorantim parece que é a empresa que tem a concessão do INPN para pesquisa, o outro aspecto seria o problema do agrotóxico, típico exemplo da nossa ineficiência institucional e eu acho que a Constituinte tem que garantir esse aspecto. O que se diz hoje é que o Estado tem o direito de legislar suplementarmente na matéria de meio ambiente e na matéria particularmente de danos à saúde. É o que se garante. Hoje

je, no entanto, 15 Estados da Federação elaboraram a legislação contra o uso abusivo de determinados tipos de agrotóxicos. Santa Catarina tem uma legislação de 85 e me parece que foi aprovada em março de 85 por esta Casa, pela Assembleia Legislativa, e essa Legislação, nos seus aspectos mais importantes, foi julgada inconstitucional pelo Supremo. Embora aprovada, aqui na Assembleia Legislativa, uma Legislação que eu considero boa em matéria de agrotóxico, que é bastante semelhante à do Rio Grande do Sul, que foi a primeira e muito bem feita, com participação do movimento ambientalista, essa legislação não tem força hoje, porque ela foi julgada inconstitucional. Então nós não dispomos de um instrumento para agir na área de agrotóxico. E, sabem os senhores o que aconteceu no ano passado, quando estávamos avançando para uma Legislação Nacional? Aconteceu que não só a discussão foi suspensa como o Ministério da Agricultura liberou mais de 600 produtos que já estavam proibidos. Então, temos um retrocesso muito grande nessa matéria e são aspectos que temos como preocupação e que se não forem superados nada vai se conseguir em matéria de meio ambiente.

FÁBIO FELDMANN - Mais alguém quer fazer uso ?

GERT FISCHER - Da Associação de Preservação e Equilíbrio do Meio Ambiente - APREMA da região de JOINVILLE-SC. Nós gostaríamos de trazer um depoimento do nosso grupo para os representantes que deverão apresentar uma nova Constituição e deixar um recado. Nós gostaríamos que fossem inscritos na nova Carta Constitucional, instrumentos que impedissem candidatos ao Senado, candidatos a deputação, candidatos a vereança

de fazerem uso clientelístico dos recursos naturais. Nós gostaríamos de que tivesse na nova carta um instrumento, um mecanismo, que impedisse a Secretaria, o Ministério do Desenvolvimento Urbano e de Meio Ambiente de financiar aterro hidráulico sobre os mangues, como é o caso da Bahia da Batitonga, onde estão sendo criados três mil lotes para o próximo pleito de 88. Nós não gostaríamos mais de nos sentirmos humilhados, como brasileiros, voluntários lutadores, há dez anos, pelas questões ambientais e sermos passados para trás, sem poder fazer exatamente nada. Nós gostaríamos que o promotor público, o promotor judicial e o juiz, não tenham medo de um veredito a favor da comunidade. Os precipitadores eletrostáticos e, também possivelmente de sulfurização final para minimizar os efeitos, em termos ambientais, dos demais tipos ambientais, dos demais tipos de exploração no Estado a parte dos recursos minerais o próprio DNPM encaminha regularmente a FATMA as liberações de lavra e exige, é uma exigência da Fundação os Relatórios de Impacto Ambiental, então nós já temos também nesse setor, uns dois ou três relatórios que estão sendo analisados em termos exploração de recursos minerais. Bom, eu apenas lembro, aquilo que o deputado Feldmann colocou. As vezes a gente acaba descobrindo as coisas do setor mineralógico através de publicações como a Brasil Mineral, porque o DNPM e o Sr. Ministro das Minas e Energia não são exatamente algo transparente e idôneo, por isso essa informação realmente quanto à mineração do Vale de Itajaí, da qual realmente já há um testemunho de um rapaz do projeto Rondon Brasil, é algo preocupante que por certo a FATMA vai ficar em cima, cobrando responsabilidades, gostaria também, apro

veitando essa questão, de FATMA e tudo mais perguntar ao representante do Sr. governador uma simples curiosidade, a Secretaria Extraordinária, como eu perguntei no início, parece que vai ser transformada em Secretaria de fato, o secretário Sr. Verner Zulauf em contato comigo algumas semanas em São Paulo, durante um congresso da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária Ambiental, realmente honrou a sua cidadania, honrou Santa Catarina ao colocar o dedo dentro da ferida, dentro do Sistema Nacional de Meio Ambiente dizendo que esse sistema não tem prioridade, esse sistema é de uma pouca vergonha, de um descaramento afrontoso, eu gostaria de saber se o fato dessa Secretaria em ser convertida em órgão e unidade regular do governo do Estado de Santa Catarina vai fazer com que Santa Catarina seja talvez o 1º Estado brasileiro a levar a questão ambiental a sério. Bom, com relação à criação da nossa Secretaria hoje Extraordinária, ela se encontra totalmente em tramitação nesta casa, e esperamos ter notícia em breve, com relação às declarações feitas pelo nosso secretário em São Paulo. Eu queria testemunhar a nossa situação aqui em Santa Catarina. Se, por um lado temos problemas graves, problemas gravíssimos, com relação ao meio ambiente, não é talvez de certa maneira já comprometendo o bem primário que é água para a população, que é o caso, não da região da mineração como o vale do Peixe em que foi transformado em função do desenvolvimento desenfreado daquela região. Sem as mínimas condições de (inaudível) com relação quer seja o licenciamento das indústrias quer seja com relação à esgotos das cidades, o rio foi transformado literalmente numa latrina, como disse o nosso Secretário. O fato do Estado

de Santa Catarina estar criando uma Secretaria do Meio Ambiente, mostra a dimensão que este assunto está tendo em Santa Catarina ao enfrentarmos esse problema de frente, problema esse grande, termos a encontrar-se, contar-se entre a importância que damos ao meio ambiente e a dimensão que o nosso órgão, a nossa FATMA tem que a recebermos de governos anteriores. A FATMA hoje é um embrião do que poderíamos chamar uma empresa de meio ambiente, encontra-se com a grandeza com a importância que o meio ambiente tem em Santa Catarina, estão encontrando dificuldades muito grandes quer seja de motivação aos técnicos que ao par da qualidade que têm, tem um problema muito sério de estrutura. Estrutura essa totalmente centralizada ou quase totalmente centralizada em Florianópolis. O processo nosso está sendo de descentralização da FATMA, quer seja até de recursos financeiros e esse contrato existe e eu queria deixar registrado uma ansiedade, se os problemas são grandes, os recursos para meio ambiente são muito pequenos. Talvez a Constituinte possa ao par de dar essa dimensão essa louvável uma vez que nós sabemos que o meio ambiente está começando a ser encarado agora de maneira séria. Por outro lado nós não temos os recursos suficientes à nossa FATMA, ao par desses grandes problemas que existem ela está delimitada, ela é um órgão que como falei está na sua fase embrionária e estamos tendo muita dificuldade para estruturá-la por falta de recursos financeiros e até por falta de maior amparo da própria sociedade civil. E eu dou como exemplo o que logo mais nós veremos a tarde o problema de lixo da Cidade de Florianópolis, problema esse que está a mais de 30 anos sendo relegado por governo após governo. O lixo es

tã sendo lançado aqui em Florianópolis num mangue há 30 anos , governo após governo vem sendo protelado, e o governo atual, o prefeito atual de Florianópolis Sr. Edson Adriño resolveu encarar esse problema, resolveu dar uma solução séria e a própria sociedade se uniu impedindo que se dê a solução em qualquer lugar que seja aqui dentro da nossa ilha. Sabemos a dificuldade geográfica que temos e a cada local que técnicos colocam como solução existe em levante da sociedade civil como se fosse fácil resolver o problema como se o problema fosse de fácil solução, como se dêssemos para não resolver ou simplesmente fazer uma triagem doméstica. Como alguns casos houveram sugestões e enquanto se discute isso a mais de ano o lixo continua sendo lançado no mangue com todos os perigos, com toda nocividade que isso traz, então esse processo de meio ambiente eu acho que deve haver uma interação entre a sociedade civil e órgãos do poder legislativo, órgãos do poder executivo e principalmente órgãos do poder judiciários que agora iniciam sua fase.

- Faz o favor de complementar, Randau, a respeito da parte legislativa e executiva.

- RANDAU MARQUES, da Frente Nacional de Ação Ecológica na Constituinte,-

- Realmente o projeto chegou aqui no dia 29 de setembro. Está tendo sua tramitação normal e acreditamos nós que agora, no início dessa semana, já saindo das comissões, venha à discussão do Plenário. A expectativa, pelas conversações nos gabinetes e com as bancadas, é de que será aprovada.

Nós teremos a Secretaria do Meio Ambiente em Santa Catarina. Também quero aqui pedir a atenção das entidades que estão presentes para o fato de que o governo do Estado, também preocupado com a política, encaminha o projeto a esta Casa, o qual já está tramitando e nós precisamos verificar se realmente todos os pontos dessa matéria estão convergindo porque nós temos que nos preocupar, aí também, com o meio ambiente. Então eu pediria às nossas entidades aqui em Santa Catarina, que aqui estão nos honrando hoje, que tivessem atenção voltada para essa matéria que já está tramitando aqui nesta Casa. Eu gostaria de aditar o que comentou o Dr. Mário Lavine com relação às dificuldades que a FATMA tem encontrado com relação à estrutura à parte econômica financeira etc. Hoje foi abordado pelo deputado o problema da Serra do Mar. A FATMA já está estudando esse problema da Serra do Mar e é um projeto prioritário. Vou colocar 4 etapas que teriam que ser executadas antes do tombamento efetivo da Serra, para se verificar o grau de dificuldade. Em 1º lugar: teríamos que fazer a caracterização do sistema a ser protegido da Serra do Mar que fica na região difícil, porque lá está praticamente todo setor movimentado. Só para caracterização que seria o levantamento aéreo fotogramétrico, a estimativa de custo alcança 260 milhões de cruzados. Esse valor é 5 vezes superior ao orçamento total da FATMA. E a FATMA para conseguir esse valor (inaudível). Foi uma luta muito grande, então, só para esse projeto, apenas para fazer o levantamento aéreo fotogramétrico. Depois disso vem o levantamento topográfico, precisa ser resolvido o problema fundiário com desapropriações. Somando-se isso se tem uma dimensão do valor que o Esta

do terá que arcar com recursos para se fazer o tombamento. De pois disso vem a conscientização comunitária, que é um trabalho da educação ambiental que tem que ser feito. Depois, finalmente, é que virá o tombamento. Provavelmente, mais uma vez, de verá ocorrer o atropelamento das coisas, se fazendo o tombamento antes dessas outras medidas e aí o que ocorreu com a Serra do Parque do Tabuleiro está a vista de todo mundo, então só havia essa informação para complementar.

- Eu agradeço as palavras do Excelentíssimo representante do governador e do Excelentíssimo presidente da Casa, presidente Aluísio Piazza, a quem eu parablenizo e ao mesmo tempo dou os meus pêsames, porque realmente a aprovação de uma Secretaria Regular de Meio Ambiente é uma decisão muito corajosa que merece festas, mas ao mesmo tempo é o início de uma longa jornada para evitar que a tecnocracia tome conta desse setor como ocorre no restante do Sistema Nacional de Meio Ambiente. A luta, enfim, começa com a aprovação dessa lei, nesta Casa do povo. Realmente muitas batalhas, eu acredito, irão surgir, isto porque o movimento da sociedade civil pelo que podemos depreender das entidades que às pressas foram convocados e aqui estão presentes, como o seu depoimento lúcido e a sua visão social esclarecida, demonstra que Santa Catarina é um Estado hoje maduro para estas questões ambientais. O engenheiro Sérgio Vieira Veiga, realmente disse bem, a questão de planejamento de um espaço como o da Serra do Mar, exigiria de acordo com o procedimento, a metodologia internacional, grandes incursões, grandes trabalhos prévios. No entanto, quando a hemorra

gia, mesmo que não seja segundo a metodologia, mesmo que não seja seguindo todos os cuidados prévios que deveriam ser tomados. Em 1979, em São Paulo, quando a Serra do Mar estava ameaçada mais do que nunca, eu pertencia ao CONDEPHAAT que é um conselho de desenvolvimento de preservação do ecossistema dos patrimônios arquitetônicos e paisagísticos do Estado. A solução foi entrar imediatamente com um pedido de tombamento da Serra que se concretizou há 3 anos atrás, mas, no entanto, desde aquela época a ação dos madeireiros foi suspensa e tudo mais. Isto desprezando o trabalho de levantamento aerofotogramétrico, prévio e todas essas miudezas. Quem teve realmente trabalho foi a assessoria técnico legislativa do governador para responder a enxurrada de pedidos de protestos, etc. Mas, no entanto, o objetivo maior que era salvar o paciente, ou tentar deixá-lo algum tempo vivo, foi atingido. Eu acredito que todas essas dificuldades que estão passando, os Estados, as diferentes unidades da federação, são comuns mas o gesto de tombamento da Serra do Mar, da Serra Geral em Santa Catarina é um gesto que encontra ressonância ao longo de toda a Costa Brasileira, do Espírito Santo onde presentemente estivemos, ao lado do deputado Fábio Feldmann e alguns dos presentes, até aqui, em Santa Catarina, há uma pré-disposição nacional de se mobilizar em defesa desse recurso indispensável às futuras gerações, chamado Mata-Atlântica que, por sinal, é o maior tesouro da biotecnologia mundial por ser uma floresta com maior diversidade do que a própria iléia amazônica de Humboldt. Para um Estado que está entrando no caminho da biotecnologia, convém preservar primeiro os grandes bancos genéticos que aí estão, mesmo que seja

de uma maneira um pouco convencional. Gostaria de acrescentar apenas um dado que está realmente passando pela cabeça de todo mundo, de todos os ambientalistas nesse país: a questão ambiental chegou àquele estágio em que pessoas se queixam da apatia do movimento. É um bom sinal da medida em que todo mundo gostaria de estar fazendo, mas, é um mal sinal, na medida em que não existem canais, instrumentos para que se desemboque toda essa capacidade, esse potencial de militância e de trabalho. Eu gostaria de salientar que essa Frente Nacional de Ação Ecológica na Constituinte foi formada, como foi dito, por grande parte das principais entidades ambientalistas, inclusive aqui de Santa Catarina, no dia 5 de junho, dia mundial do meio ambiente, lá na Câmara dos Deputados. A FATMA está com uma cópia do formulário de filiação dessa frente que deverá ser reproduzido na 2ª feira. Para que os que tiverem interesse se manifestem, se filiem a ela é só procurar a Silvia na FATMA que essas fichas de inscrições estarão à disposição de todo mundo. Eu acredito que essa Frente, que é o que me traz aqui, realmente é um instrumento válido, é um instrumento maduro. As pesquisas de opinião pública deixam bastante claro isso daí, tanto as do IBOPE quanto as do GALUP. Hoje o brasileiro tem medo de não sobreviver, isso diz respeito à questão ambiental, diz respeito à saúde pública, diz respeito àquilo que nós estamos aqui hoje discutindo.

- ITAMAR BEVILAQUA - Procuradoria Geral do Município na área do meio ambiente e pertencço também ao Movimento Ecológico Livre - Eu queria dizer que, com muito prazer,

no dia 05 de junho, eu participei a convite do deputado Fábio Feldmann, a convite da SEMA, da discussão que aconteceu na Assembleia Nacional Constituinte, na questão do meio ambiente e lá vi a manifestação de várias entidades ecológicas com tudo isso que nos trás hoje aqui, ou seja, a questão da vida. E vi, também, com muita preocupação, a manifestação de pessoas chaves no atual momento político e na constituinte que se manifestaram favoráveis às questões ambientais. Eu estou falando do relator Bernardo Cabral que fez um belo discurso mostrando o quanto gostava do meio ambiente, e também vi a manifestação do grande líder do PMDB, Senador Mário Covas, que também manifestou todo o seu amor pela ecologia e, também, o bravo Ulisses Guimarães. Mas, enfim, passaram as Câmeras de televisão, todo mundo falando o quanto gostava de meio ambiente e, hoje, eu vejo que a proposta apresentada está muito reduzida. Eu queria, então, saber onde estão - aqueles discursos. É muito bonito quando se discursa diante de uma câmera de televisão mostrando amor para o meio ambiente mas, na hora da prática se fazem os conchavos, se mudam as vírgulas, os termos, para que a coisa não passe e se salvem as imagens. É, com maior prazer, que estou vendo, agora, que, além do deputado Fábio Feldmann, outros deputados estão sensíveis à causa ecológica. Eu queria dizer aos que estão presentes, ao ilustre representante do governador, ao membro Superintendente da FATMA e demais presentes, principalmente ao deputado Aluísio Piazza, que os ecologistas que estão aqui representados, quero falar, agora, como tal, não são apenas sohnadores. Se nós não somos pelo aspecto da juventude, da maioria, não apenas pela idade, mas a juventude a ânsia que tem no

seu coração estão querendo preservar a vida nossa. Há pouco tempo, quando nós falávamos dos aspectos negativos da instalação de artefatos nucleares nesse país, que a questão da energia nuclear, mesmo para fins pacíficos, era um perigo, éramos tachados de sonhadores. Bastou um pequeno instrumento para a saúde, descuidado como várias coisas se fazem nesse país, para causar essa convulsão, e eu digo que lá fora estão mais preocupados que talvez nós, aqui dentro. Então essa preocupação é muito grave e eu queria aproveitar dizendo o seguinte: as entidades ambientalistas às quais eu pertencço, vão cobrar do Superintendente para que esse sem convite, realmente se efetive, pois, nós queremos participar da formulação da Constituinte Estadual, nas questões do meio ambiente. Esse é um desafio que eu deixo ao nobre deputado Aluísio Piazza que tem se mostrado sensível a esta causa. Eu quero cobrar pelo seguinte motivo: Há dois meses atrás, se não me engano, houve uma reunião dos Estados do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para tratarem da Constituinte e trazerem propostas. Eu estive presente. Não sabia eu, um pouco teimoso, como todo jovem, como todo ecologista que faz aquilo porque ama, porque ao contrário de muitas pessoas nós estamos aqui num sábado sem almoçar, longe de nossas famílias, sem ganhar um tostão e sendo vistos por entidades governamentais como colocadores de pedras nos sapatos. Mas não é isso. Nós queremos ajudar por que nós amamos isso, nós amamos a vida, não apenas a nossa vida mas a de todos. Então, naquela oportunidade nós falamos sobre as questões ecológicas, com ímpeto, como se os ecologistas não estivessem preocupados com a maior das poluições, que é a pobreza! (pal

mas) obrigado! Quando nós somos ecologistas, nós não queremos apenas rios limpos, o ar puro, nós queremos é uma justiça social. Isso é o principal, quando nós estamos querendo dentro de uma ecologia, ela permeia todos esses espaços, por isso os parabéns aos deputados que estão batalhando por isso, por que a história marca e vai marcar os senhores por defensores, realmente, da vida. Quanto aos vários problemas que foram levantados, então eu queria salientar esse, por favor, que nesse Estado nós possamos defender realmente a ecologia dentro da Constituição Estadual, que ela contenha, não tópicos falaciosos, discursivos para a imprensa, mas sim instrumentos hábeis de defesa. Eu diria que é importante porque o Estado de Santa Catarina está desprovido, nós estamos aproveitando, eu acho que o representante do Secretário da Saúde, estava me procurando porque nós estamos enfrentando problemas, tais como o problema do lixo hospitalar que é um problema grave e que está se levantando aqui no município de Florianópolis. E nós não temos em termos estaduais legislação, coisa que os outros Estados já possuem. E qual foi a solução? Um ato arbitrário que foi a situação de emergência que tem se criado. De nada adianta nós botarmos leis severíssimas para vigorarem depois que o acidente aconteceu. Nós temos que prever isso antes e essa é a grande função dos senhores que estão fazendo uma Constituinte agora. É isso que nós queremos fazer aqui no Estado, prever antes do que depois tentar remediar problemas gravíssimos. Eu vou apresentar o ilustre representante do governador que está nos privilegiando com sua presença, que as organizações no Estado que tanto sofreram para chegar a ter um espaço democrático, elas não es

tão impedindo o prefeito Edson Andrino que com grande dificuldade está tentando solucionar o problema. Como o senhor disse, tem a mais de 30 anos desde que surgiu na cidade um problema gravíssimo, mas querem também a mesma questão que o lixo que está incomodando Goiânia. Ninguém quer lixo radioativo no seu quintal. As comunidades que também estão tentando procurar um melhor local para se colocar esse lixo, por mais que tenhamos técnicos especializados, e eu sou um técnico do direito, eu tenho direcionados todas minhas pesquisas em nome da cidade para estudar a ecologia do direito junto com a sociologia. E, com vários colegas meus, nós estamos preocupados com soluções profundas. Efetivamente, não apenas sonhadora mas por mais que os técnicos saibam vamos ouvir o povo também, o povo tem uma enorme sabedoria e ele quer participar. Nós sabemos que toda vez que leis do meio ambiente foram colocadas de cima para baixo elas não eram cumpridas. Nós sabemos que nós temos várias leis de proteção ao meio ambiente, mas chegam ao judiciário não são apreciadas. Isso é um problema portanto se o povo participa, se o povo exige que as leis sejam feitas, sejam cumpridas, a coisa será diferente. Então estas terras que o povo, talvez, está colocando não é para mal, ela virá para bem, e o povo saberá também ver, mesmo que ele não solucione o problema do lixo, que as coisas estão sendo encaminhadas. Portanto senhores, o recado é o seguinte: queria agradecer ao deputado Fábio Feldmann, e aos demais deputados que estão presentes, esperando que continuem com sua luta, que mostrem aos outros deputados da Assembléia Nacional Constituinte, que a luta por esta Constituição é uma luta para futuro, e que portanto vocês tem mais

do que determinados prefeitos, é fazer uma questão de professores, ou seja mostrar que as questões ecológicas são fundamentais à vida. Estão ligados a todas outras questões eu falo disso pelo seguinte motivo: falei com vários deputados aqui de Santa Catarina e outros do Rio Grande do Sul por ter lá sua originária, por que vão se falar de questões ambientais, (inaudível) não mas tem questões sociais mais importante. Esquecê-los que isso tudo está interligado da grande importância das questões do meio ambiente, um oposto que essa questão de Goiânia que apareceu em toda televisão, vai despertar que as questões ambientais são muito, mais sérios e nós precisamos muito dessa conscientização. Nós nunca resolveremos os problemas ambientais se ficarmos apenas em questões periféricas ou a nível institucional. A coisa tem que participar do povo, e tem que realmente ter verbas para isso. Eu não nego que tenhamos que construir estradas, pontes para servir carros particulares e etc. etc. Agora, as questões ambientais tem que ter suas prioridades, sob pena que quando chegarem nós tenhamos de gastar "N" vezes mais, o que não temos esse dinheiro para solucionar esses problemas. Hoje é uma audiência Pública dessa Frente Nacional de Ação Ecológica na Constituinte. Quando eu participei eram poucos sonhadores, no apartamento do deputado Fábio Feldmann e lá na Constituinte. Hoje eu vejo que está crescendo, em grande ebulição. Se hoje esse plenário, já não está lotado é pelo dia e pela pouca propagação e por vários motivos não pode ser feito. O povo de Santa Catarina talvez seja um dos que mais tem se preocupado com as questões ambientais, ele realmente está preocupado e vai cobrar. E vai cobrar muita coisa mais

delicada para os políticos. Vai cobrar nas urnas e ele está se organizando, por que ele está discutindo o problema do seu lixo que ele tem que separar em casa e saber que ao produzir o lixo ele é responsável, e isso está criando uma consciência coletiva, se isso é perigoso pelo lado político. Ele é muito propício para a efetivação de uma cidadania realmente real que o Brasil necessita. Senhores deputados eu espero que os senhores façam na Constituinte aquilo que eu faço no meu dia-a-dia, amor àquilo que eu prego, amor à vida. Batalhe, porque esse cansaço que os senhores estão estampando agora por esse apostolado, porque o que eu estou fazendo já é um verdadeiro apostolado. Quem é ecologista realmente fala de ecologia para todo mundo, porque gosta disso, então se serve de consolo. Os olhos da população estão se voltando para essas preocupações ecológicas. Os senhores vão se destacar, por serem pessoas realmente preocupadas com o meio ambiente. Continuem com isso. Peguem os seus colegas de bancada e mostrem o quanto é importante nós termos questões ecológicas e principalmente aproveitem, deputados, o espaço que os senhores têm na televisão e denunciem os falsos colegas, hoje se tem exemplos de dentro do próprio PMDB, e falo desse partido por que os senhores são representantes a maior parte deles, desse partido que teve realmente grande força dentro da Constituinte nesse Brasil, que tem denunciado (inaudível) dentro do próprio partido, os senhores têm também a oportunidade de denunciar os falsos, que fazem belos discursos nos microfones, mas que debaixo dos panos ajudam os grandes (inaudível) nacionais. Vocês têm essa obrigação, não é só dever, como os senhores mas também com todo o povo. Então eu que

ria deixar mais fazendo essa exposição, e dizendo que continuam batalhando, muito obrigado.

Não se identificou - Com licença, eu só que ria responder em parte à sua indagação, eu acho que o decreto do governador tomando a cidade de Florianópolis sobre efeito de ação de emergência, terem visto o lixo hospitalar foi um ato autoritário e muito menos arbitrário, a cidade de Florianópolis pràs pessoas que não conviveram com esse problema aqui, estava a 5 dias sem recolher o lixo hospitalar por falta absoluta de local na ilha de Santa Catarina e o pior lugar que podia se deixar esse lixo era onde ele exatamente estava, era nos hospitais onde existem as pessoas mais suscetíveis à doença, então esse ato, esse decreto do governador, não foi um decreto autoritário e muito menos arbitrário, com relação ao problema que foi levantado sobre a participação dos movimentos ecológicos no programa de lixo de Florianópolis. Houve a participação da comissão formada pelo prefeito, de pessoas da sociedade civil, então o problema foi amplamente discutido só que, enquanto o problema estava sendo discutido e continua sendo discutido, o lixo continua sendo lançado no mangue, era isso.

FÁBIO FELDMANN - Eu gostaria de retomar a discussão da Constituinte, acho que esses termos locais são extremamente importantes, os ecologistas defendem uma máxima, terrivelmente omisso, com as nossas florestas sendo destruídas, a SEMA incapaz de dar respostas a qualquer problema, a SUPEPE não tem qualquer perspectiva ambiental, mas por outro lado eu sinto que, apesar de tudo, cresceu muito a questão ambiental no

Brasil e no mundo. Vou falar em particular do Brasil e eu até me permito discordar de você, eu acho que no Brasil nós tivemos de um ano para cá um grande crescimento no movimento ecológico e eu acho até que a minha eleição é um fato que comprova isso, eu fui considerado realmente uma grande exceção em São Paulo, porque nunca se previa que um candidato que nunca tinha militado em partido político, nunca tinha realmente atuado politicamente, se eleger numa campanha que foi uma campanha das mais pobres e sem colocar por exemplo nenhum cartaz em todos os locais que nós fizemos campanhas, nós procuramos observar os principais. Eu sei que a GERT que tá aqui também leve uma votação bastante expressiva e deve ter tido os mesmos problemas que eu tive, então eu creio que existe uma enorme potencialidade a nível de meio ambiente, e eu acho que o Brasil passa hoje um momento especialmente importante na área de meio ambiente porque no mundo, inclusive no exterior, existe uma grande campanha em marcha, em favor, por exemplo, das florestas tropicais, o Banco Mundial que é um banco multi-lateral, ele tem sido terrivelmente pressionado por um lobby ambientalista nos EUA de modo que alguns projetos como o da BR 364 praticamente sofreram ameaça de corte de financiamento exatamente porque não cumpriram as cláusulas contratuais, que dizem respeito a meio ambiente, a questão indígena, está em primeiro lugar. Em 2º lugar eu voltei dos EUA há questão de dez dias atrás e a própria questão da dívida e meio ambiente é uma questão que hoje já se torna possível de ser colocada e equacionada, a partir da premissa de que a dívida externa brasileira é um dos principais fatores de pressão sobre os nossos recursos naturais. Há condições de

se tentar uma negociação dessa dívida no sentido de que parce
la dela fosse na verdade convertida em recursos dentro de al
guns países como o Brasil obrigando o governo brasileiro e os
outros governos dos outros países a investir uma parte dessa
dívida. Haveria uma conversão dessa dívida em termos de meio
ambiente e até uma própria integração entre entidades como a
GREENPEACE que você falou e algumas entidades não governamen
tais brasileiras. Eu acho que da minha experiência como mili
tante no movimento ecológico nós estamos reunindo algumas con
dições importantes, isto é, no Congresso Brasileiro nós somos
hoje de 20 a 30 deputados federais que estão diretamente envol
vidos na questão de meio ambiente, talvez sem instrumental pa
ra agir, até porque nós não temos uma comissão de meio ambien
te no Congresso Nacional, mas nós temos de 20 a 30 deputados
que realmente estão envolvidos. Então à medida que o Congres
so Brasileiro vem ou não vem, o Parlamentarismo for valorizado,
obviamente que o Congresso e esses deputados terão maior parti
cipação nos projetos do Brasil, e isso eu falo em todas as á
reas que realmente planos nacionais do desenvolvimento, planos
regionais do desenvolvimento, planos setoriais terão que ser
submetidos ao Congresso Nacional se efetivamente a Constituinte
trouxer alguma esperança de democratização. Não se admite mais
que se tenha planos de qualquer ordem como o 2.020 que o rapaz
falou, sem que haja uma grande discussão da sociedade, inclusi
ve no Congresso Nacional. Ao mesmo tempo a questão externa me
parece muito importante à medida que os países do 1º mundo to
mam consciência que o desenvolvimento e o meio ambiente andam
juntos. E até a comissão de meio ambiente da ONU está se reú

nindo este ano em Nova York, esta semana inclusive, prá fazer a avaliação de Estocolmo, chegando inclusive esse conclusão de que realmente não se muda a economia do mundo inteiro, ou realmente não se adianta persistir e os modelos que levam à exaustão dos recursos naturais do 3º mundo, e como órgão de repercussão do 1º mundo, e em 3º mundo e o que eu acho mais importante, acredito que houve um crescimento imenso na questão da opinião pública com relação ao meio ambiente. O (inaudível) que mexe nisso a muito tempo pode dar o testemunho da questão de agrotóxicos, há 7 e 8 anos atrás, quando você falava em agrotóxicos, as pessoas confundiam agrotóxicos com macrô, vegetariano, com uma série de outras coisas. Hoje qualquer dona-de-casa tem uma enorme preocupação com a contaminação alimentar. Então eu acho que nós tamos crescendo muito, a nível da sociedade civil. Nós temos que transformar essa potencialidade em algo concreto, e é aí que eu acho que existe um grande desafio, eu acho que há condições políticas talvez no ano que vem, de se criar no Brasil um Ministério de Meio Ambiente e Recursos Naturais, mas que seja um Ministério de fato não um arremêdo, uma caricatura de Ministério que foi criado em questão de 2 anos atrás, em que o próprio Ministro de meio ambiente, na presença de alguns deputados como Raimundo Resende, disse a nós que a questão de Meio Ambiente na Constituinte não o preocupa porque existe alguns deputados, mas a grande preocupação dele é a preocupação com relação a questão urbana. Eu acho inaceitável que o Ministro de Meio Ambiente diga que ele não tem uma grande preocupação com o meio ambiente, ou que a participação dele no Conselho Nacional do Meio Ambiente em média de meia participação por ano, o Sr. Ministro se somar, fizer a média das participações dele, vê que ele participou meia vez em todo o ano numa reunião do CO

NAMA. Então eu acredito muito nisso, e acredito nisso até em termos de economia, de ecologia política, que realmente a sociedade está querendo mudanças e eu acho que o que nós temos, como ambientalistas, é que propor essas mudanças e trabalhar em novos conceitos. Acho que algumas barbaridades que foram perpetradas nesse país, não seriam hoje exatamente o que existe a nível da sociedade. Permeia na sociedade, efetivamente, até algumas vertentes que mostram que o modelo que está instituído, é o modelo que ela está levantando à exaustão e que ele realmente não consegue se reciclar, esse é o meu ponto de vista.

Não se identificou - Existe um ditado latino que diz o seguinte: "feito a lei feito a planta", na proposta para a Constituinte, há especificamente no parágrafo 2º do artigo 295 que fala a respeito da mineração do nosso estado um problema extremamente grave, diz o seguinte; "Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recompor o ambiente degradado, após a exaustão das jazidas de lavras de acordo com a solução técnica descrita no estudo de impacto ambiental aprovado antes do início da exploração."

FÁBIO FELDMANN - Eu só queria dar uma observação que esse "após exaustão" foi uma malícia colocada realmente no projeto substitutivo, e é muito comum na Constituinte de repente de um dia para outro entra uma palavra e sai outra com grande significado, eu não sei exatamente quem pôs "após exaustão" porque não é esse o combinado. Havia um acordo de que não seria colocado e maliciosamente a gente tem as vezes de cuidar

na datilografia por que aqui até datilografar se tira parágrafo, se coloca parágrafo e nós conseguimos na verdade retirar o "após exaustão das lavras". Ele foi colocado maliciosamente, mas foi retirado, porque realmente era impunidade garantida aos mineradores, mas o projeto hoje em votação não existe mais essa expressão "após exaustão das lavras".

Não se identificou - Então está certo, está esclarecido porque houve realmente uma evolução na malícia, antes se esperava a lei ser publicada, para se procurar um furo? agora está se procurando colocar na própria lei o problema.

FÁBIO FELDMANN - E é um exemplo de malandragem mesmo porque não havia isso no projeto, realmente isso foi colocado e ninguém sabe a autoria dessa proposta, ela não faz parte de nenhuma emenda, não faz parte de nada, mas ela foi colocada como crime ecológico. Também foi piorada porque as práticas de condutas deletérias ao meio ambiente que era a redação original serão considerados crimes. Alguém mudou, pois as práticas e condutas lesivas, ilícitos ao meio ambiente, isso é, uma malícia também, porque o que é ilícito nesse caso é melhor estar dificultando a informação e a criação dos tipos penais. Então isso também foi colocado maliciosamente, e isso nós estamos tentando tirar via emenda subscrita por todos os deputados.

Não se identificou - Então a malícia não vai prevalecer não, não é ?

FÁBIO FELDMANN - Ela vai prevalecer, mas o que eu acho e que nós temos que ficar de olho é exatamente por

que essa é uma fase que entra e sai algumas coisas que você não determina a autoria, que são chamadas as forças ocultas. No caso do gelo é a tatuzinho; 51, aqui a gente ainda não identificou.

Fábio Feldmann - A outra observação que eu queria fazer é o seguinte, solicitar a todas as associações ambientalistas do Estado para em conjunto com os órgãos do governo e dos municípios se formar uma comissão pro-constituante, com relação à Constituinte do Estado que depois será elaborada, antes poderia formar-se uma comissão, conversar para se fazer esse projeto, para depois ser encaminhado a esses debates. Essa é a observação que eu gostaria de fazer.

ALCEU FRANCISCO TABALIPA - Organização ECO
CATU-OBV

- Uma coisa que é bastante importante que a Constituinte deve assegurar é a questão da imprensa e a liberdade para que ela divulgue os acontecimentos que principalmente afetam a questão ambiental e a questão da qualidade de vida. Isso digo em relação, por exemplo, à araucária em Curitiba que até em 84 nasciam crianças com anencefalia no Paraná, de 84 continua a poluir mas não nascem mais essas crianças, quer dizer nós sabemos que nascem, mas toda a imprensa está proibida de divulgar qualquer coisa nesse sentido. A mesma coisa acontece em Cubatão, por exemplo, quando obras desnecessárias são propostas pelo governo e nós não temos acesso à imprensa para contestar essas obras. Nesse sentido eu coloco a questão de uma estrada que deve cortar o Parque de Iguaçu ao meio, numa

obra proposta pelo governador Álvaro Dias e nós não temos qual quer condições de divulgar isso pela imprensa. O governador cotado como o melhor do Brasil está propondo obras assim totalmente destrutivas tanto essa estrada do colono, como a questão da BR 101, na região de Guaraqueçaba, cortando a Estação Ecológica e o complexo de Lagunar, Cananéia e Vale do Paranaguá, que é tido como o 3º mais rico do mundo e um dos cinco únicos preservados. Essa questão de garantia da imprensa em poder divulgar essas coisas e a questão de garantia do cumprimento da legislação no caso da questão ambiental, tanto municipal, como já foi colocado aqui, estadual ou federal. Que a legislação estadual possa existir para que não aconteça o que aconteceu com a lei do agrotóxico em vários Estados e para que não seja criado um Parque e depois descrito, como o Parque Nacional de Sete Quedas, que foi extinto por uma obra que até hoje não funciona a toda força e possivelmente não era para funcionar, porque não temos o que fazer com tanta energia. A construção de cabos para conduzir essa energia a outros Estados sai muito mais caro hoje do que a obra. Saibam os senhores que as obras no Amazonas alcançam trinta e poucas barragens e no Rio Uruguai, vinte e poucas barragens, a serem construídas pela Eletrosul. O Paraná tem mais de vinte barragens que, conseguimos depois de 4 anos. Por enquanto está garantida a não construção da barragem de Ilha Grande que foi vitória pouco divulgada mas já foi assinada a não construção de Ilha Grande que seria duas vezes maior que Itaipu. Então, além de toda essa questão ambiental, o importante é garantir a liberdade de a imprensa poder colocar o que deve ser colocado. É fundamental a garantia da

legislação municipal e estadual, e não somente da legislação federal. Tivemos um ministro como Nestor Jost, que brigou contra a lei do agrotóxico e que era o presidente da BAYER no Brasil. Então acho que é isso, principalmente que se garanta com a legislação e com a liberdade de imprensa, obrigado.

ROGÉRIO NUNES - ACAPRENA - Blumenau - Gostaria de parabenizar a iniciativa dos deputados constituintes' de terem vindo a Santa Catarina debater conosco os problemas ambientais e constituintes. Antes de entrar propriamente nesse assunto, gostaria de fazer algumas considerações já feitas por outras pessoas. A primeira delas é questionando o ilustre deputado quando ele fala de controle de natalidade; eu acho que controle de natalidade é um assunto muito sério que deve realmente ser estudado; eu acho que é um problema de educação. Evidentemente a explosão demográfica não é algo que realmente seja louvável mas não temos excesso de população, nós temos na realidade é uma política social injusta. Nós não devemos ser contra a vida, nós devemos é ser contra a violência que é criada contra a vida. Não existe excesso absoluto de pessoas, o que existe é excesso de concentração de renda. Não existe excesso de pessoas, existe é exploração dos mais abastados e do poder sobre os menos favorecidos. Nós precisamos é lutar, isso sim, por uma política social justa que traga melhores condições de vida ao nosso povo. Nós precisamos lutar por uma reforma agrária real, não essa reforma agrária que está se propagando. Eu entendo por reforma agrária real, aquela feita com os pés no chão, onde o homem que vai trabalhar a terra tenha

conhecimento da terra. Nós não podemos pensar numa reforma a grária com pessoas despreparadas. A condição básica para que uma pessoa faça uso da terra é que ele saiba pelo menos preservar essa terra. A outra condição básica é que se faça uso racional dessa terra em benefício próprio e em benefício dos outros. Que se saiba preservar o que é de todos e não destruir em nome de um pseudo desenvolvimento industrial ou agro-industrial. Nós precisamos desenvolver esse país, não pseudo desenvolver. Nós precisamos dar condições para que o povo tenha realmente direito àquilo que é seu, para que nós não vejamos os descabros praticados com injustiças contra toda a nossa nação em benefício de uma minoria de privilegiados. Falando a respeito de armamento, eu tenho me perguntado durante muito tempo: o Brasil precisa de Exército, Marinha e Aeronáutica? Eu digo que não! O Brasil precisa de uma polícia militar que defenda a situação interna do país. Nós vamos lutar com quem? Contra o Paraguai? Contra a Bolívia? Contra o Uruguai? Evidentemente não, pois eles são muito fracos! Nós vamos lutar contra a Rússia? Contra os Estados Unidos? Evidentemente não pois eles são muito fortes! Então porque que nós precisamos de armamento? Nós precisamos é que esses recursos sejam canalizados para a educação, para o ensino, para que se eduque outra vez o povo brasileiro. O Brasil é um país que está carecendo única e exclusivamente de educação, para que o povo saiba exatamente o que ele precisa, quais são os seus direitos, quais são os seus deveres e quais são suas obrigações. Nós não precisamos de armas e muito menos de exportar a morte. Nós precisamos exportar vida. Nós poderíamos ser se quiséssemos, se

tivéssemos uma política agrícola, uma política fundiária bem definida e decente, nós poderíamos ser o grande exportador de alimentos, o grande exportador de vida, não o 5º ou 4º exportador de morte. É uma vergonha nacional que autoridades nacionais se vangloriem de sermos um grande produtor de armamentos, de nós termos uma tecnologia desenvolvida no setor armamentista. Nós deveríamos ter uma tecnologia adaptada, adequada à nossa realidade no setor agrícola, no setor agrário, no setor industrial, que premiasse o bem estar da população e não o poço dos abastados. É isso que eu entendo que nós precisaríamos ter. Uma reforma agrária ecológica que desse condições de desenvolver a agricultura, não esse suicídio agrícola que se pratica no país. Com relação ao armamento eu gostaria de usar aqui as palavras de meu filho de 14 anos que faz o 1º científico. Numa sessão de academia, no colégio, ele pedia aos seus colegas de 14, 15 anos que se unissem e que lutassem para defender os reais interesses nacionais, porque a sua geração seria responsável por isso, seria responsável por resgatar a própria omissão e eles seriam os responsáveis, porque para a geração futura vai ser tarde demais. Eu quero que vocês entendam a preocupação de uma criança de 14 anos falando. Isso é realmente estarrecedor, os absurdos que se cometem, a impunidade a corrupção e os outros descabimentos. Eu gostaria de perguntar, talvez até ao próprio Fábio, de como está sendo visto na Constituinte o exemplo do projeto Calha Norte. Não no projeto Calha Norte em si, mas o exemplo de Calha Norte que é escondido de todos, que muito pouca gente sabe a respeito. Depois eu gostaria de voltar a falar.

Deputado Gonzaga Patriota - Antes do Fábio eu gostaria de dar uma informação ao Rogério, sobre o meu Estado, Pernambuco, Estado muito pobre lá no Nordeste. E eu pertenço exatamente à região mais pobre, que é o interior. Estado de mais de 100.000 Km² e sete milhões de habitantes, mais de cinco milhões moram na área metropolitana de Recife numa região de 2.000 e poucos Km. Por ser filho de agricultor e ter que trabalhar toda a vida na agricultura, preocupado exatamente com o povoamento da região, é que eu sou contra o aborto e sou favorável ao aumento da população, principalmente na zona rural para produzir alimento, para resolver os problemas nacionais. Eu acho que eu não empreguei bem aqui o termo, Um país onde não existe o controle da natalidade. É exatamente porque eu sou favorável ao aumento da população aqui no Brasil, para que haja uma distribuição desse povo para trabalhar e produzir. Eu acho que eu não empreguei bem o termo, mas eu passo a palavra para o Fábio. Muito obrigado.

Deputado FÁBIO FELDMANN - O que nós estamos tentando garantir, e isso não diz respeito ao meio ambiente, é a transparência do Estado em todos os seus projetos. O projeto Calha Norte, é um caso que eu posso abordar sob vários enfoques, em 1º lugar, com relação à Amazônia. Existem hoje, no país algumas visões conflitantes com relação ao modo de se utilizar a Amazônia e eu creio que os militares brasileiros tem uma visão militar de ocupação da Amazônia. Quem tem tido oportunidade de viajar até a Amazônia verifica o grande número de postos avançados, a presença militar muito forte, até pelo receio que existe pela internacionalização da Amazônia, inclusive já esboçado em vários projetos. Então, o projeto Calha Nor

te é o resultado de umavisão da ocupação da Amazônia militarmente. Até surgiu uma grande polêmica em São Paulo que teve grande repercussão no CIMI. Trata-se da questão dos índios na Amazônia que em nome da segurança nacional foram despidos dos direitos que já tinham adquiridos na Carta de 67. Se hoje o projeto de construção é mais retrógrado em relação aos índios do que era o de 1967, dos militares. O que nós estamos tentando em relação ao projeto Calha Norte é realmente que todos esses projetos sejam projetos nacionais, regionais, setoriais, que sejam amplamente debatidos no Congresso Nacional, exatamente para que a sociedade possa participar. No caso da Amazônia, nós queremos que ela, ao lado da Floresta Atlântica e da Zona Costeira, seja considerada patrimônio nacional. Nós sabemos que se deixarmos a Amazônia por conta dos governos estaduais, nós estaremos pagando a dívida brasileira com peles de animais silvestres, como aventou o ex-governador Gilberto Mestrinho, ou nós estaríamos derrubando a Amazônia sob a alegação de que ela teria alcançado seu estágio máximo vegetal, florestal, de modo que se justifica o corte. Então nós estamos tentando colocar isto. Agora eu queria dizer que existe uma malícia no texto constitucional que é a seguinte: a malícia que os fundos, existem alguns fundos no substitutivo, relativos à segurança nacional ou que diga respeito à segurança Nacional, não serão submetidos ao Congresso Nacional. É um dispositivo que está no texto, estabelecendo que programas paralelos, como programa Calha Norte, em que haja um suposto interesse da segurança nacional ficam isentos de apreciação pelo Congresso Nacional. Nós estamos tentando impedir esse dispositivo que passa meio despercebido. O texto constitucional é muito longo, então muitas vezes

não se percebe o objetivo desse dispositivo e nós não queremos em parte alguma um dispositivo como este. O projeto da Calha Norte é um projeto misterioso para sociedade brasileira como um todo, nós não sabemos qual é o propósito do Calha Norte. Nós temos apenas idéias do Calha Norte. Devemos fazer com que ele seja discutido pela sociedade brasileira como um todo e, mesmo sob o aspecto do impacto ambiental, um projeto como o Calha Norte teria que ser submetido a estudo, porque realmente, o projeto Calha Norte objetiva a colocação de postos avançados e aeroportos em várias regiões da Amazônia a partir dos quais controlar-se-ia o ingresso de migrantes de outras partes do país naquela área. Até isso tem que ser discutido. Quem conhece Rondônia, por exemplo, sabe que foi o Plano Nacional de Colonização Agrícola de Rondônia o responsável pela destruição, em 10 anos, de 15% da floresta, equivalente a 3.200.000 hectares. Era um plano de governo, o plano de colonização agrícola, trazendo inclusive colônias principalmente do Rio Grande do Sul, mas muitos colonos de Santa Catarina, também.

Não se identificou - Todos nós sabemos que os madeireiros são altamente depredadores da natureza, mas sem comparação com os mineradores são santos. Nós aqui de Santa Catarina conhecemos muito bem, aqui na região de Criciúma, o problema e nós temos informações seguras de que o vale do Itajaí está todo maquiado para que haja exploração mineral, inclusive de carvão mineral na região da Serra do Mirados e presidente Getúlio. Eu gostaria de saber se alguém de vocês tem conhecimento a respeito do assunto de mineração no vale do Itajaí.

Não se identificou - Minha origem é da região carbonífera. Discussões a respeito do carvão catarinense têm corrido de uma maneira mais intensa, mas desconheço totalmente a intenção de exploração de carvão no vale do Itajaí.

Não se identificou - Seria de mineração em geral mas, especificamente, na Serra do Mirados de Carvão.

Não se identificou - Eu desconheço. O projeto que existe a nível nacional é de ir para o RS, o carvão de Santa Catarina. Nós sabemos que a vida, a sobrevivência do carvão catarinense é limitada, para uma exploração média talvez em torno de 40 anos. O RS tem 90% das reservas de carvão nacional. É a notícia que eu tenho.

Não se identificou - Eu queria sugerir ao deputado Piazza, que se requer esse ao Departamento Nacional de Produção Mineral todos os alvarás de lavras de pesquisa concedidos para que efetivamente se fizesse o levantamento, (inadivél)... isso seria só o carvão, ouro, prata.

FÁBIO FELDMANN - Não. Qualquer um deles requer um alvará. Eu gostaria de dizer, inclusive, que nós tivemos uma experiência. O Randau Marques lembra bem. Do Vale Grande, em que se verificou, inclusive, que haveria pesquisa de turfa. Muitas vezes essas informações estão até disponíveis numa revista chamada Brasil Mineral. Muitas vezes não se pesquisa esse tipo de material, mas se pesquisarmos a revista Brasil Mineral, que tem uma publicação oficial do Ministério das Minas e Energia, podemos, inclusive, obter todos esses dados e

até verificar que, muitas vezes, algumas atividades de minera
ção são feitas ao arrepio da lei, são feitas sem a necessária
pesquisa. A FATMA talvez também tenha algum conhecimento so
bre isso. Alguns casos exigem a licença de órgão estadual
também.

Não se identificou - Se foi formada uma co
missão por Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, vai ser e
laborada uma proposta de resolução ao CONAMA para que os alva
rás de pesquisas sejam também submetidos (? ? ?)

Cada constituinte, tem uma dedicação maior em determinadas áreas.
Eu, por ter exercido a profissão de médico por 15 anos, minha
visão sempre foi pelo lado social. Fiz parte da Comissão Or
dem Social, especificamente na Comissão de Saúde, e Seguridade
e Meio Ambiente mas eu percebo naturalmente em conversas, em
contato com os outros Constituintes, que há uma sensibilidade
muito grande dos Constituintes, da maioria dos Constituintes
pelas questões sociais e o meio ambiente inclusive. Não há uma
dedicação exclusiva ao meio ambiente por parte da maioria dos
Constituintes porque existem outros temas, também importante,
que exigem atenção. Esta é minha opinião. De modo que este
grupo encabeçado e capitaneado pelo deputado Fábio Feldmann re
almente tem procurado, inclusive participando localmente, como
nós estamos fazendo hoje aqui em Florianópolis, e vamos com is
so em Santa Catarina, captar os problemas para que possa levá-
los aos outros constituintes. Então, essa conversa, essa dis
cussão através da tribuna da Constituinte existe e provoca uma
maior participação de todos. Agora o que posso garantir, afi
ançar, é que realmente eu percebo uma tendência maior aos aspec

tos sociais, na maioria dos constituintes, e o meio ambiente, é uma dessas preocupações.

Deputado Gonzaga Patriota - Francisco, eu, quando vim para a Assembléia Nacional Constituinte, havia sido deputado Estadual. Trouxe uma preocupação muito grande porque sabia que os trabalhadores rurais do meu Estado, mais de um milhão de trabalhadores, não conseguiram sequer eleger a deputado federal constituinte, um candidato com o apoio da FETAPE, com os pescadores da costa de Pernambuco e com os estudantes ocorreu o mesmo. Por outro lado, um grande número de deputados foi praticamente eleito pelos usineiros, pelos que se beneficiaram com o dinheiro da SUDENE, para redimir o Nordeste, e que não redimiu coisa nenhuma porque um pequeno número de grandes empresários utilizou esse dinheiro nas suas empresas. Mas quando cheguei aqui, ao assumir os trabalhos da Assembléia Constituinte, vi um pequeno número de constituintes progressistas já preocupados em incluir no alicerce da Nova Constituinte, no regimento interno, o artigo 14 que dava o direito de a Assembléia se deslocar para todos os cantos do país, em audiências públicas, como esta aqui. Consegui sugestões, consegui organizar os representantes do Conselho Federal da Mulher, do Meio Ambiente, e do Menor de Rua. Então hoje se vê nas discussões preliminares das Subcomissões, das Comissões Temáticas, da Comissão de Sistematização, que realmente existe um número pequeno de progressistas que querem ver a constituição progressista, duradoura. Mas aí a gente vê nas galerias e na frente do Congresso Constituinte o povo. Então eu acredito nessas audiências públicas,

em vocês que representam a associação de diversos interesses da sociedade organizada. Eu acredito que, nas discussões finais de plenário, a sociedade presente faça com que essas emendas, esses destaques possam trazer uma Constituição mais justa, mais duradoura, mais progressista. Não é ainda aquela que o povo espera, mas pelo menos não é também aquela que querem os conservadores, representantes do capital selvagem, Coronéis, Caboclos.

Deputado Raimundo Rezende - Francisco, eu quero acrescentar meu reconhecimento às suas palavras, aqui pronunciadas, principalmente quando você faz referência ao populismo. Ainda estou chocado, com o populismo. Nós estivemos visitando, nessa nossa perigrinação, a cidade de Fortaleza. Fomos levados a conhecer a chamada Feira do Peixe, um desrespeito à competência Técnica, provocado pelo populismo da prefeitura de Fortaleza. Aquilo é uma aberração. Nós temos uma longa caminhada política. Fomos vereador, presidente da Câmara e prefeito de uma cidade de porte médio em Minas Gerais - Governador Valadares - cidade que tem 260.000 habitantes. A nossa luta para higienizar o mercado em Valadares nos valeu até ameaças de morte, mas nós conseguimos. Em Fortaleza o que acontece é um atentado à saúde, um atentado ao visual, atentado à convivência social do Centro de Fortaleza. Não posso admitir. Fiquei horrorizado porque ali, atenta-se contra tudo e tudo foi permitido e continua sendo permitido e até estimulado pelo lado do populismo. Então eu acolho aqui as palavras pronunciadas na sua segunda intervenção, nesta manhã de hoje, nessa Assembleia Legislativa do Estado, de Santa Catarina e agradeço pelo interesse manifestado durante as intervenções. Foi pra nós um

motivo de grande satisfação participar, nesta manhã, desses debates, dessa troca de experiências, dessa troca de informações. Muito obrigado a vocês todos.

FÁBIO FELDMANN - Eu agradeço ao deputado Aluísio Piazza e eu agradeço, especialmente ao deputado Eduardo Mo reira que organizou a nossa vinda, ao Governador que nos porporcionou essa oportunidade (inaudível), e ao Superintendente' da FATMA. Quero dizer que nós estamos realmente no início de uma grande guerra e maior dificuldade, na Assembléia Nacional Constituinte, em que pese o poder dos lobbies e a desinformação e a ignorância com relação ao termo meio ambiente. O meio ambiente é visto, até com uma certa malícia, como uma luta intran-sigente em favor da árvore, em favor do passarinho como se nós esquecessemos a razão social mais ampla, como se Cubatão, por exemplo, não servisse de símbolo, pela poluição da miséria tradicional e uma nova forma de miséria que é a poluição ambiental. Então, eu queria dizer que nós estamos trilhando, estamos no meio do caminho ainda e eu sinto, às vezes, um certo desânimo com relação à Constituinte. Mas, eu queria dizer que o jogo ainda não acabou. Nós pretendemos realizar uma grande reunião em Brasília, a data não está marcada por que nós estamos esperando para saber quando será votado o Capítulo do Meio Ambiente. Pretendemos levar ecologistas de todo o país para uma grande concentração em Brasília. Os ecologistas iriam 4 ou 5 dias antes para percorrer as bancadas federais de seus Estados e verificar qual a posição de votos dos seus deputados. Aqueles deputados que assumissem posições contrárias ao Capítulo de Meio Ambiente sobre questões sociais, nós gostaríamos que

eles fossem "denunciados" às bases, porque o que nós verificamos nessa divisão de progressistas, é que muitos progressistas votam em favor da bomba e muitos conservadores votam contra a bomba. Então nós temos que pensar numa outra forma de agir, porque realmente muitas vezes nós temos perdido apoio de quem nós teríamos apoio, de quem nós contávamos com apoio certo e até recebido apoio de pessoas, partido que supostamente não votariam conosco. Eu queria justificar o número pequeno de deputados que veio dessa vez, pois nós tivemos 3 dias absolutamente exaustivos no Ceará. Nós tivemos apenas 3 horas de sono praticamente, em um período de 3 a 4 dias e vários deputados não puderam vir pois estavam exaustos. Nós pretendemos trabalhar com as Assembléias Estaduais Constituintes no ano que vem e gostaria de dizer que o propósito desse trabalho aqui é justamente pedir à sociedade civil que nos dê o respaldo, até mesmo enviando telegramas para os Constituintes, porque realmente, muitas vezes, é um telefonema, é uma presença, é a visita de uma Comissão de ecologistas, de ambientalistas que garante o voto na Assembléia Nacional Constituinte. Nós realmente temos que pensar em termos práticos, isso é, nós temos um capítulo, nós temos vários outros dispositivos que enfrentam interesses contrários e que somente se a sociedade civil tiver mobilizada conseguiremos aprová-los. Por fim, eu queria dizer que nós pretendemos continuar com esse processo de audiências públicas no próximo ano. Eu acho que é muito importante esse trabalho e que nós aprendemos muito com isso e eu acho, ou até, tenho certeza, que a Assembléia Nacional Constituinte irá sentir a mesma metodologia se deslocando talvez alguns Estados, ouvindo e

escutando o que realmente a sociedade quer dos seus deputados, implantando uma prática política diferente que é uma prática de costas para o parlamento, de costas para o governo, mas de frente para a sociedade.

Deputado Estadual Aluísio Piazza - Antes de encerrar a audiência pública, em nome do presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Deputado Juarez Furtado e dos deputados estaduais que aqui compareceram para esse ato importante para a vida nacional e do nosso Estado, quero registrar e relembrar aqui a todos vocês que foi uma falha de memória de que, na semana passada, neste plenário, em sessão solene, um dos agraciados com o prêmio FRITZ MILLER, troféu instituído pelo Governo Estadual de Santa Catarina, foi exatamente o deputado Fábio Feldmann. E, se ele não esteve aqui de corpo presente para receber esse troféu veio o seu representante, ele estava trabalhando pela ecologia, trabalhando pelo nosso país na sua incansável missão, lá em Goiânia, num momento triste da vida nacional. Mas ele recebeu o troféu, dando uma demonstração ao nosso Estado de que o reconhecimento também faz sentido para que a luta continue. Nós agradecemos a todos e queremos dizer também que através da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, essa metodologia de audiência nos diversos municípios e regiões do Estado vai ser processada. Pretendemos, também adotá-la nas comissões da Assembleia Legislativa. Já está funcionando, todas as terças-feiras, a comissão preliminar que trata dos assuntos da Constituinte do nosso Estado, portanto, às terças-feiras, às 10 horas da manhã, nós temos reuniões

ordinárias dessa Comissão que está aberta para a sociedade ci
vil catarinense, para suas colocações, as propostas, as idéias,
enfim, a participação que nos necessitamos. Esta encerrada a
sessão.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

FRENTE NACIONAL DE AÇÃO ECOLÓGICA NA CONSTITUINTE

Florianópolis (SC), 17 de outubro de 1987

LISTA DE PRESENÇA

Início - 11:45 h
Término - 14:30h

NOME	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
José Luiz FERREIRA	ELETROSUL	[Assinatura]
ITAMAR PEDRO BEVILAQUA	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	[Assinatura]
Nárcia Frisotti	MEL	[Assinatura]
ARMANDO L. GONCALVES	ASSOC. COMERCIAL	[Assinatura]
HORACIO JOAQUIN PEREZ	UNIÃO DA JUVENTUDE SOCIALISTA - UJS - GOVERNO DO ESTADO	[Assinatura]
INGRID ELKE SCHUMACHER	Projetos Comunitários	[Assinatura]
Quirino Renato Alencar	MAE/ADEA	[Assinatura]
PAULO APARECIDO PIZZI	MOV. ECOLÓGICO MATER NATURA	[Assinatura]
OR JOSÉ ROGÉRIO NUNES	ACAPRENA - BLUMENAU	[Assinatura]
FRANCISCO A.C. FERREIRA	MEL	[Assinatura]
SÉRGIO SABELLI VIGNES	FATMA	[Assinatura]
MARIA ISABEL SIMON	ACOPAL/PALMEIRA/PR	[Assinatura]
ALVARO A. SIMON	SAA/SC	[Assinatura]
EDSON LUIZ MACARI	SECRETARIA DA SAÚDE-SC	[Assinatura]
Antônio Luiz Gema	Prefeitura de Criciúma	[Assinatura]
RANDAU AZEVEDO MARQUES	DIKOS-JT	[Assinatura]
ALFREDO FRANCISCO TRINDADE	GOVERNIZACAO PR ECOLATM-OBV NATUREZA	[Assinatura]
Cristalma J. Papa	ACAPRA	[Assinatura]
ANTONIO ODILON MACEDO	FATMA	[Assinatura]
Vicente Fernando Silveira	FATMA	[Assinatura]
Jucelia Paschoa Leutero	FATMA	[Assinatura]
GILBERTO JOSÉ SALVATO	FATMA	[Assinatura]
ALNO ALFREDO HART	FATMA	[Assinatura]
MARCOS RENATO FRANCARACCI	FATMA	[Assinatura]
Antonio Carlos Nunes	DEMEC	[Assinatura]

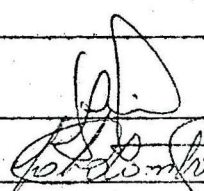
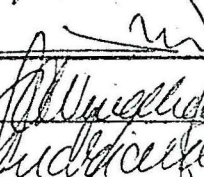
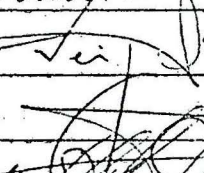
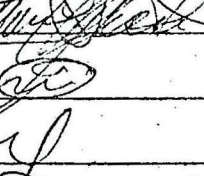
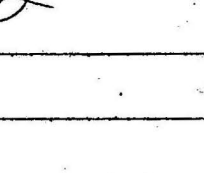
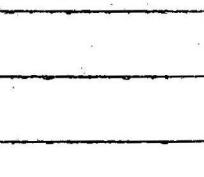
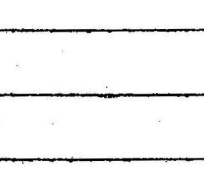
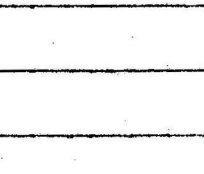


ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

FRENTE NACIONAL DE AÇÃO ECOLÓGICA NA CONSTITUINTE

Florianópolis sc, 17 de outubro de 1987

LISTA DE PRESENÇA

NOME	INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
Silvia Regina Fioriti	FATMA	
Yacício Luiz Colombo	SEDUMA/FPOLIS	
GERT R. FISCHER	APREMA - SE	
Henrique Wundhausen	Casa Civil	
PAULO ROBERTO ANDRIANI	GAB. GOVERNADOR	
SÉRGIO VERÍSSIMO	GAB. GOVERNADOR	
Beto Bertoletti	FATMA	
MAURO V DA GOSTA	FATMA	
João Bertolin	FATMA	
Meire de Jesus	SEDUMA	

ANEXO 3. ESPELHO DA IMPRENSA.

FONTE: A Notícia (Nacional)

LOCAL: Joinville

DATA: 16/10/87 P. 4

Frente Nacional de Ação Ecológica faz audiência pública

Florianópolis — A crescente demanda da sociedade civil no que se refere aos temas ambientais, fez surgir, na Câmara dos Deputados, em Brasília, a Frente Nacional de Ação Ecológica na Constituinte, cujos fundadores, deputado Fábio Feldmann, de São Paulo, e o deputado catarinense Eduardo Pinho Moreira, estarão hoje em Florianópolis, quando será feita uma audiência pública, no Plenário da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

A audiência pública, além de discutir o meio ambiente na constituinte, fará uma ampla discussão sobre o acidente nuclear ocorrido com a bomba de cézio-137, em Goiânia. A Frente Nacional de Ação Ecológica pretende com isto, "desmacarar o programa nuclear brasileiro, que como ficou provado, não possui condições de atender com eficácia um acidente nuclear".

Depois da audiência pública, a comissão dos deputados que fazem parte da Frente Nacional de Ação Ecológica na Constituinte pretende visitar as localidades da Capital e do interior do Estado, onde estão sendo desenvolvidos projetos para a conservação dos recursos naturais.



Opinião

A Constituinte e o meio ambiente

José Márcio Marques
Vieira

Advogado

Tem razão o deputado federal Fábio Feldman (PMDB/SP) quando afirma "(...) que o Brasil terá a Constituição mais avançada do mundo quanto à questão do meio ambiente. Ele destaca o fato de ter sido incluída entre os princípios fundamentais da Ordem Econômica a defesa do meio ambiente e passaram a constar na Constituição que as terras devolutas da União são indispensáveis para a preservação" (JB - 03/09/87, p. 5).

Salienta ainda dentre outras conquistas o fato de a União, os Estados e os Municípios poderem legislar sobre a matéria. Realmente o projeto é, quanto à proteção ambiental, inovador e avançado.

A defesa do meio ambiente, que na Constituição vigente não mereceu menção expressa, foi incluída em diversas disposições que integram o tema e instrumentam a sua defesa.

O exercício do direito de propriedade foi subordinado, além de ao bem-estar da sociedade, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente.

Na definição da competência o projeto atribui à União, aos Estados e aos Municípios a comum para proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer das suas formas e preservar as florestas, a fauna e a flora.

A competência para legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna e conservação da natureza, proteção do meio ambiente e controle da poluição, responsabilidade por dano ao

meio ambiente, proteção e defesa da saúde e direito urbanístico, dentre outras, foi atribuída concorrentemente à União, aos Estados e Municípios. Houve, também neste particular, importantíssimo avanço, pois na Constituição vigente apenas a competência supletiva para legislar sobre a defesa e proteção da saúde é deferida aos Estados, reservando à União as demais.

É importante, porém, frisar que a competência concorrente é não-cumulativa e, portanto, não impedirá que ocorram situações absurdas como a relativa à inexistência de proteção contra pesticidas organoclorados pela derrogação - por inconstitucionalidade - das legislações estaduais, embora a competência supletiva, pois permanecerá a hierarquia das competências, da União sobre os Estados e destes sobre os Municípios.

Os Municípios reger-se-ão por lei orgânica municipal e não estadual, como ocorre presentemente na maioria dos Estados, circunstância que evidentemente propiciará uma maior adequação à sua realidade cultural, econômica e ecológica. Poderão ser evitadas situações confusas como a contemplada na vigente lei orgânica dos Municípios catarinenses que determina aos proprietários de terrenos pantanosos e alagadiços, dentre os quais poderiam ser incluídos os mangues, a obrigação de fazerem esgotos e aterros.

Ainda quanto aos Municípios, impõe-se destacar que o projeto propõe a obrigatoriedade de adoção de Plano Urbanístico pelos municípios com mais de 50 mil habitantes. O planejamento urbanístico que

abrange o zoneamento urbano é dos mais úteis instrumentos de proteção ambiental.

Os Estados produtores de minérios, dentre os quais Santa Catarina, segundo Estado maior arrecadador do Imposto Único sobre Minerais, maior produtor nacional de carvão mineral e, lamentavelmente, pela poluição decorrente da sua extração e beneficiamento, 16ª Área Crítica Nacional, encontrarão no projeto - se aprovado - a obrigação de recuperar o ambiente degradado de acordo com a solução técnica descrita no estudo de impacto ambiental, aprovado antes do início da exploração.

É justamente neste capítulo, dedicado ao meio ambiente, que estão concentrados os grandes princípios de proteção, conservação, recuperação e punição administrativa e penal.

No entanto, não será a excelência do conteúdo ambiental da nova Constituição que promoverá a melhoria da qualidade ambiental e sua proteção.

A grande maioria dos problemas ambientais que estão ocorrendo todos os dias já estão proibidos e punidos pelas normas vigentes.

O acidente radioativo de Goiânia poderia ter sido evitado se a legislação em vigor tivesse sido observada. A Amazônia não estaria perdendo o equivalente a um Sergipe por ano por desmatamento ilegal se o IBDF estivesse aplicando o vigente Código Florestal. O Pantanal do Mato Grosso não estaria sendo envenenado por 40 toneladas anuais de mercúrio usadas na exploração de ouro.

Não basta a existência de legislação. É imprescindível decisão política, apoiada em re-

ursos financeiros.

Faltou ao projeto da nova Constituição instituir a participação dos Estados e Municípios, com uma parcela destinada obrigatoriamente à proteção ambiental, destacada dos tributos gerados nos respectivos territórios pelas atividades potencial ou efetivamente poluidoras ou utilizadoras dos recursos ambientais.

No entanto, o projeto ao dispor sobre os meios processuais para a defesa ambiental, armou os indivíduos e a sociedade civil para substituírem o Estado.

Tanto é assim que o projeto defere às entidades associativas a representação judicial e extrajudicial de seus filia-

dos. A ação popular, hoje de eficácia limitada e restrita ao eleitor, poderá ser interposta por qualquer pessoa física ou jurídica, para defesa do meio ambiente, com isenção de custas e do pagamento dos honorários do advogado da outra parte, salvo na hipótese de litigantes de má-fé.

A ação civil pública, inegavelmente um dos maiores instrumentos para a defesa de interesses difusos e principalmente do meio ambiente, instituída pela Lei nº 7.347/1985, foi ampliada e atribuída à competência expressa do Ministério Público, como função institucional.

Finalmente, do Capítulo VI do Projeto do Meio Ambiente, ressaltou incumbir ao Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino, por acreditar que somente embasados na educação ambiental poderemos realmente promover a recuperação e preservação ambiental do Brasil.

O Sul Catarinense está morrendo

Jorge Leal

Das reservas carboníferas brasileiras, estimadas em 23 bilhões de toneladas, apenas nove por cento encontram-se em Santa Catarina, na chamada bacia carbonífera, no sul do Estado. Embora o percentual possa parecer pequeno, a região é responsável praticamente por toda a produção brasileira. Evoluíu nestes últimos 10 anos, de 6 milhões e 600 mil toneladas em 1975, para 19 milhões e 100 mil toneladas em 1985. No ritmo atual deverá chegar em 1990 produzindo 27 milhões e 300 mil toneladas, ano sob a legação de sua fundamental importância como substitutivo do petróleo, deixou neste curto período de exploração, 46 milhões de m³ de rejeitos que lançados desordenadamente por todos os cantos da região carbonífera, comprometeram de forma irremediável o meio ambiente. Os mananciais de água, a qualidade do ar, a vida selvagem, aquática, vegetação natural, estética, valores de propriedades, lazer, inundação, segurança pública, valores históricos, arqueológicos e a vida humana, sofre a devastadora degradação ambiental, produzida pelos rejeitos retirados e acumulados nos últimos 10 anos, na poluição das bacias hidrográficas formadas pelos rios Araranguá, Urusanga e Tubarão, que apresentam um PH acima de 2,5

atingindo 17 municípios.

escassas e calamitosas as fontes de água potável, tanto superficiais quanto subterrâneas, transformando em crítico o abastecimento público e industrial. Nas nascentes dos rios Sansão e Mãe Luzia já foram constatados PHs próximos a 1,5. O fenômeno da subsidência decorrente da lavra subterrânea, começa a provocar alterações na topografia das áreas situadas sobre galerias, notadamente na região urbana de Criciúma. O consumo de carvão na própria área, para fabricar coque, gerar energia elétrica e para industrializar os subprodutos, produz gases que na atmosfera transformam-se em ácido sulfúrico, em quantidades superiores a 2.000 toneladas ano.

A atividade agrícola está se esgotando, com uma corrida desenfreada do colono para a área urbana. A poluição dos rios das bacias hidrográficas da região e a escassez de água subterrânea, provoca nas culturas nobres de arroz, banana, milho e outras, um decréscimo anual de 45 por cento em sua produção.

A pneumoconiose é doença profissional do mineiro causada pelo acúmulo de pó nos pulmões, chega a alguns milhares na bacia carbonífera e já matou centenas de trabalhadores.

As afecções do trato respiratório, tais como asma, bronquite e sinusite são as

que mais apresentam o maior índice de incidência entre as doenças da região, devido a queima e liberação de gases tóxicos. O nascimento de crianças com encefalia (sem cérebro) já não mais novidade, pela reincidência de casos. De forma agressiva o desaguamento dos rios poluídos já está atingindo o mar. Pesquisas na região litorânea detectaram cegueira em tainhas, tainhotas e bagres.

Tudo aconteceu em pouco mais de 10 anos, com o lançamento de 46 milhões de m³ de rejeitos. Mas esta inescrupulosa, nefasta e irresponsável exploração do carvão, sem controle, sem fiscalização e cujas medidas corretivas não têm passado de mera utopia, irá gerar até sua exaustão, cerca de 3 bilhões de m³ de rejeitos, comprometendo só para estocá-los, 85.600 hectares de terras produtivas, formados por montanhas com 3 metros de altura em média. Seguramente não estaremos presentes quando esta hecatombe ocorrer, mas urge ao poder público e a própria iniciativa privada envolvida na questão, o dever de observar agora as leis da natureza. A preservação do meio ambiente no sul catarinense já não é mais uma questão para se encontrar uma solução, mas acima de tudo, uma luta pela preservação da própria vida.

Jorge Leal é assessor de Comunicação Social da Prefeitura de Criciúma.

A reunião de governadores

A reunião que os governadores do PMDB realizarão hoje no Rio será a segunda manifestação de unidade de um partido que, por reunir políticos de posições notoriamente divergentes e até antagônicas, muito dificilmente pode apresentar. Essa unidade, que se assenta sobre uma frágil estrutura, tem, contudo, sido uma tendência histórica da agremiação presidida pelo deputado Ulysses Guimarães. Uma tendência bastante usual nos tempos dos Governos militares, essa unidade assentada sobre as divergências também tem estado presente nos momentos de crise na Nova República.

Pelo que se obteve de informações prévias a respeito do encontro dos governadores será extraída da reunião uma manifestação de apoio à transição democrática conduzida pelo presidente José Sarney. Não deverá significar, necessariamente, o apoio formal, traduzido pela assinatura ao documento-programa lançado há dias pelo Palácio

do Planalto, mas será um compromisso com o encaminhamento do País à plenitude democrática.

Muitos governadores, que tornaram público seu apoio ao texto lançado por Sarney, não colocarão sua assinatura no documento, em respeito à posição partidária, tomada no meio desta semana: o PMDB comprometeu-se com Sarney a respaldar sua ação de Governo, mas não a firmar o documento.

Nessa estratégia mineira, bem aos moldes do comportamento pessedista do deputado Ulysses Guimarães, não há lugar para o ostensivo apoio ao programa mínimo de Governo de Sarney. É um apoio condicional, o máximo que o Governo consegue hoje da agremiação que elegeu 22 governadores a 15 de novembro último, mas ainda caracterizada como uma frente, onde há lugar para ulyssistas, sarneyzistas, governistas, etc.

NIKÃO DUARTE (Interino)

ESTAD
FUNDA
CAIXA

FONT.

LOCA.

0 / 87 P. 12



Cláudio Ávila

Aposentados

Antes mesmo de chegar à Câmara dos Deputados, o anteprojeto de plano de carreira da Previdência Social, uma emenda já está preparada: é a que estende os benefícios a pensionistas e aposentados, esquecidos no projeto do Governo, e que será apresentada pelo deputado Cláudio Ávila. O constituinte catarinense estranha o esquecimento e pretende corrigir a injustiça. Ávila recebeu dezenas de manifestações de pensionistas e aposentados a esse respeito, e decidiu apresentar a emenda.

Meio ambiente

→ O deputado federal Eduardo Moreira chegará a Florianópolis hoje acompanhado de outros constituintes preocupados com as questões de defesa de meio ambiente, como Fábio Feldmann, (PMDB-SP) e Raimundo Rezende (PMDB-MG). Eles terão uma audiência pública na Assembleia Legislativa com entidades ecológicas e governamentais. À tarde, o grupo de constituintes seguirá para a Serra do Tabuleiro. No domingo, depois de visitar as regiões carboníferas de Criciúma, Siderópolis e Urussanga, todos retornam a Brasília.

Resposta positiva

O deputado Paulo Macarini informa que já obteve resposta positiva do presidente interino, Ulysses Guimarães, aos dois pedidos apresentados em audiência na quinta-feira. O ministro Aníbal Teixeira, do Planejamento, foi recebido em audiência ontem por Ulysses, e acertou a remessa de Cz\$ 30 milhões para a Prefeitura de Florianópolis, destinados à conclusão das obras do Terminal Urbano da capital catarinense. Por outro lado, o presidente Ulysses Guimarães encaminhou mensagem ao Senado Federal, submetendo a apreciação o Projeto Cura para a Prefeitura de São Miguel D'Oeste, destinados a obras de infra-estrutura para a solução de problemas básicos daquela cidade.

Na Tailândia

Cerca de 15 constituintes estão participando da 78ª Interparlamentar, que este ano acontece em Bangcoc, Tailândia. Entre eles, o deputado catarinense Walmor de Luca, que foi convidado pelo primeiro-secretário da Câmara, deputado Paes de Andrade, a participar do evento. A Interparlamentar é um congresso que reúne representantes do Poder Legislativo de vários países, e seu principal objetivo é promover o intercâmbio de informações acerca da atuação parlamentar e da conjuntura política, social e econômica das nações participantes.

Saúde dos trabalhadores

"A saúde e a segurança como direitos do trabalhador devem ser tratadas em capítulos próprios, como o da Ordem Social, onde se diz que a saúde é um direito de todos e dever do Estado". Com estes argumentos, o deputado Antônio Carlos Konder Reis discordou do relator Bernardo Cabral quanto ao texto do inciso XVIII. Este inciso dispõe sobre as normas de segurança no trabalho e a redução nos riscos das doenças do trabalho. O destaque de Konder Reis, que recebeu a adesão de Arnaldo Frietto (PFL/RS) foi rejeitado pelo plenário da Sistematização.

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO ESTADO DE
SANTA CATARINA

Plenário da Assembléia Legislativa

outubro de 1987

foto 1

FLORIANÓPOLIS, 17 e 18 de outubro de 1987

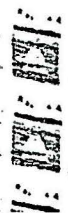
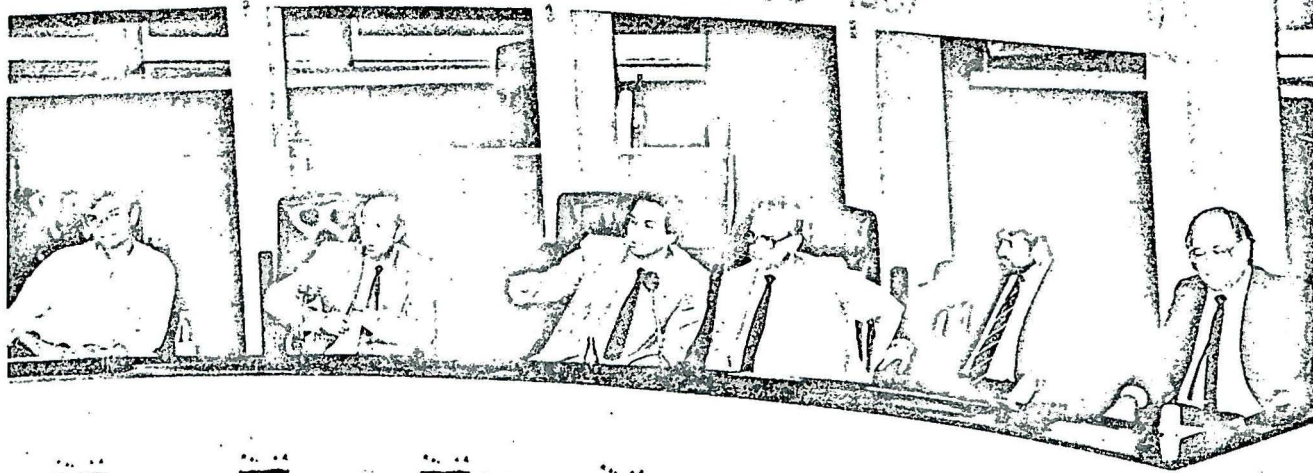
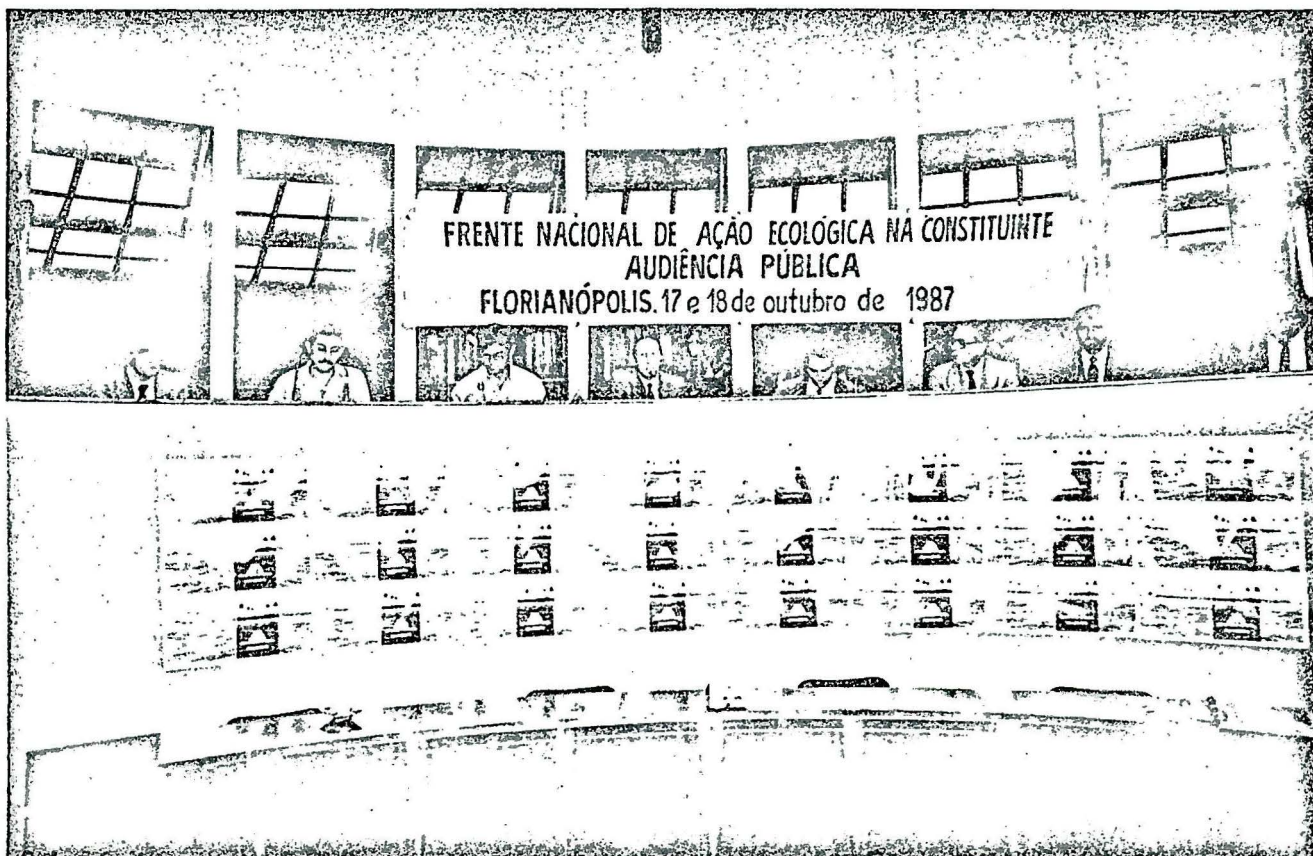


foto 2

FRENTE NACIONAL DE AÇÃO ECOLÓGICA NA CONSTITUINTE
AUDIÊNCIA PÚBLICA
FLORIANÓPOLIS, 17 e 18 de outubro de 1987



legenda foto 1

Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa
Catarina

Da esquerda para a
direita:

- . DEPUTADO EDUARDO MOREIRA
- . DEPUTADO ESTADUAL ALOISIO PIAZZA
- . DEPUTADO FABIO FELDMANN
- . DEPUTADO RAIMUNDO REZENDE
- . DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA
- . ENGº MARIO DE LAVIGNE
Secretaria de Desenvolvimento Urbano
e Meio Ambiente do Estado de Santa
Catarina

legenda foto 2

Da esquerda para a
direita:

- . SERGIO VIEIRA VEIGA
Fundação de Amparo à Tecnologia e ao
Meio Ambientes - FATMA
- . Não identificado
- . DEPUTADO EDUARDO MOREIRA
- . DEPUTADO ESTADUAL ALOISIO PIAZZA
- . DEPUTADO FABIO FELDMANN
- . DEPUTADO RAIMUNDO REZENDE
- . DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA
- . ENGº MARIO DE LAVIGNE

foto 3

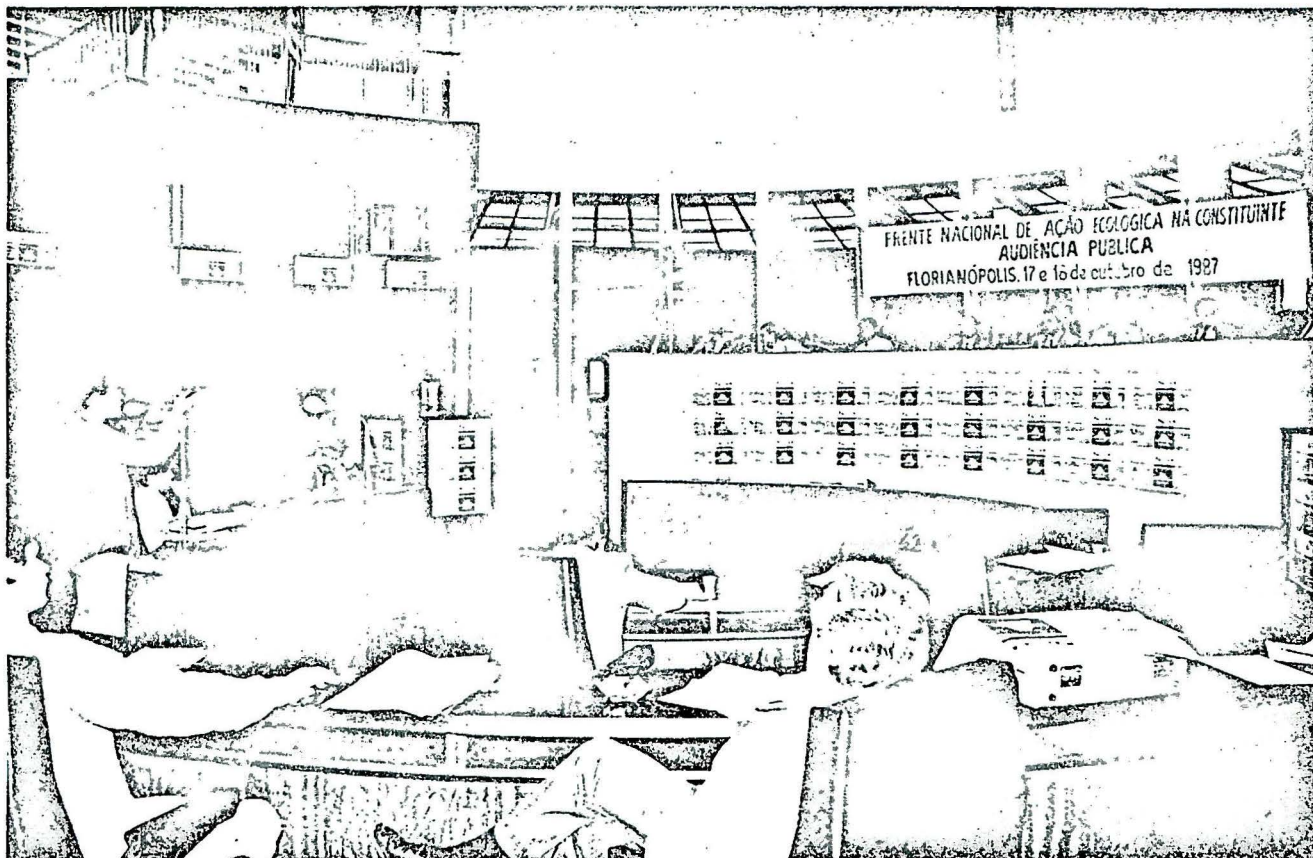


foto 4



legenda foto 4

Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa
Catarina

legenda foto 5

ITAMAR BEVILACQUA
Movimento Ecológico Livre - Florianópolis SC

foto 5



foto 6

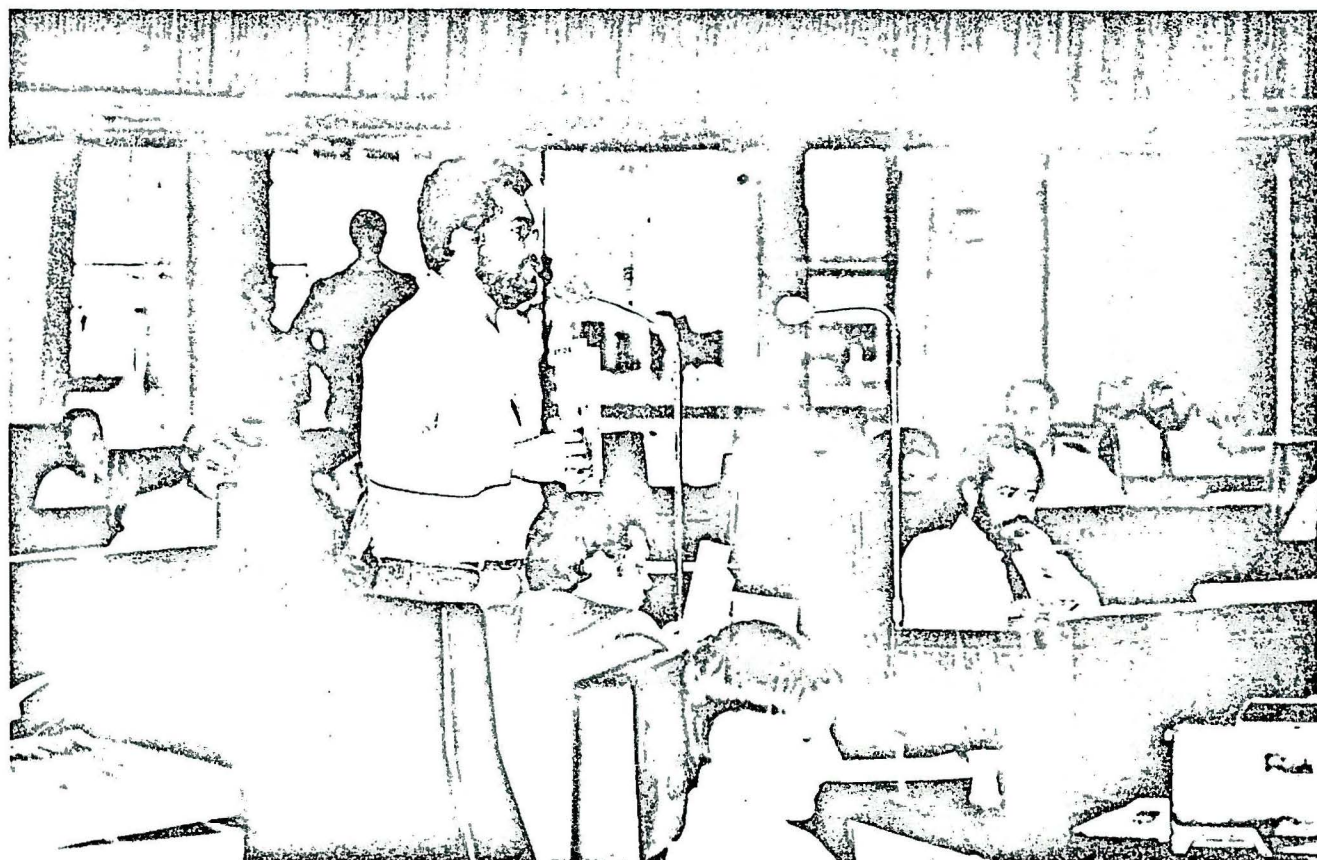


foto 5

FRANCISCO FERREIRA

Movimento Ecológico Livre - Florianópolis SC

foto 6

ANTÔNIO ODILON MACEDO

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

foto 7

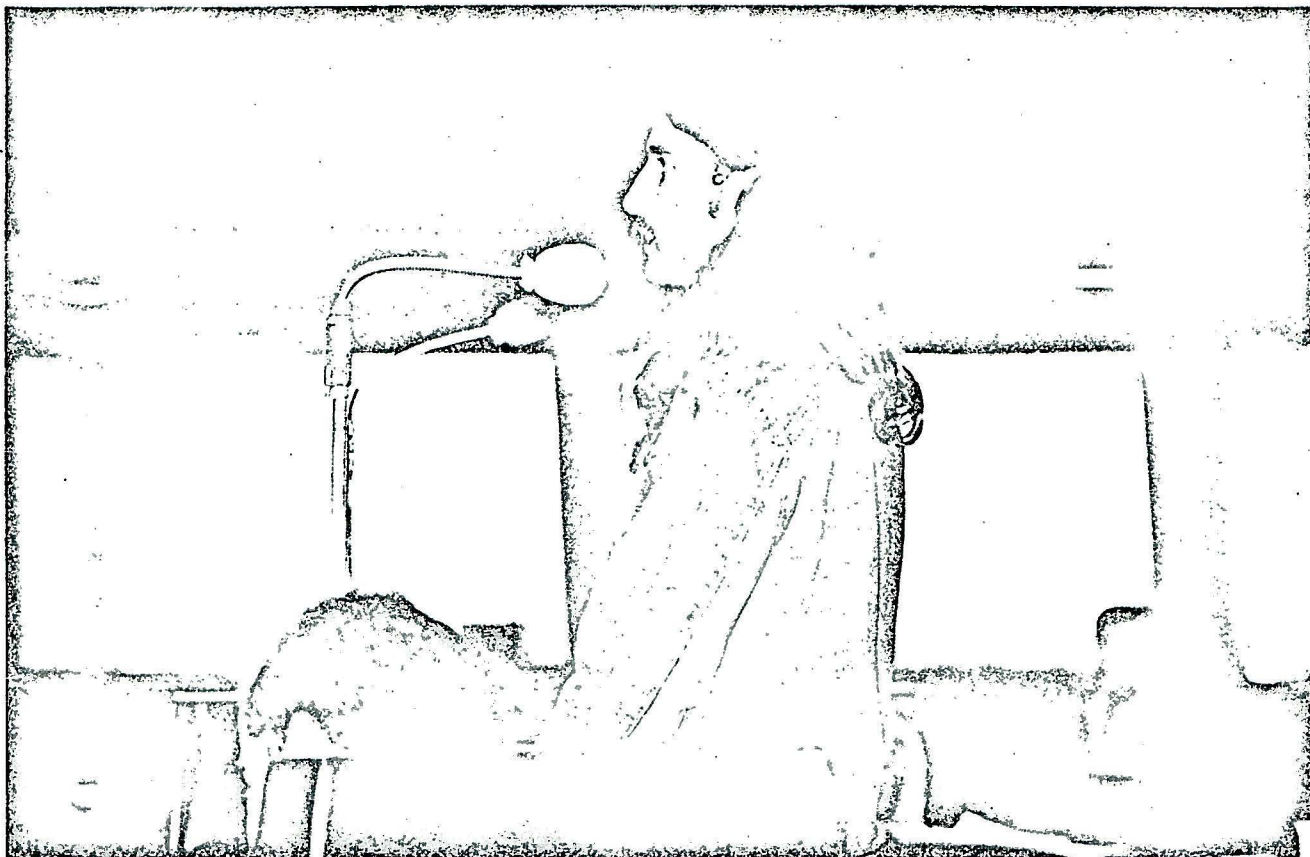
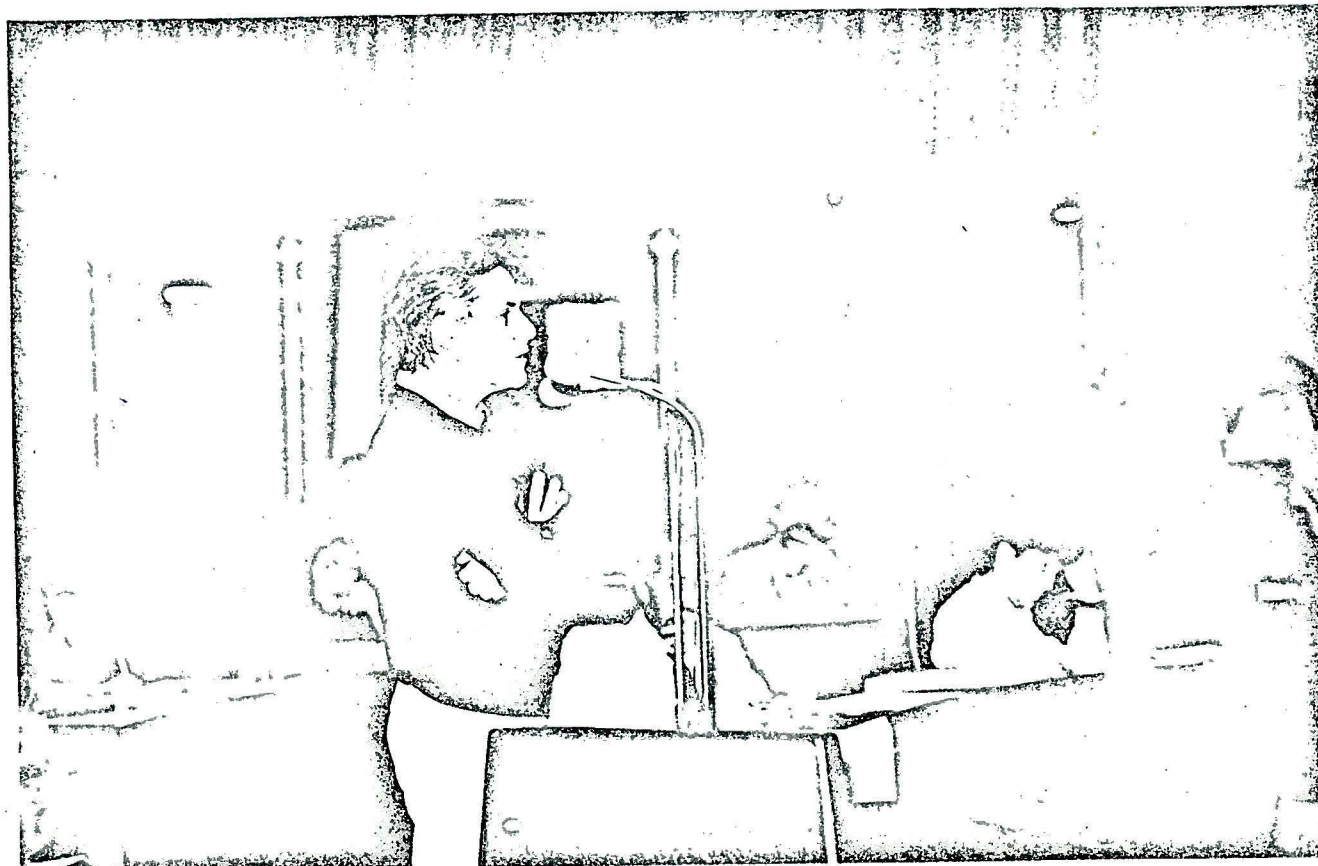


foto 8



legenda foto 7

ALCEU TABALIPA

Movimento Ecológico ECOCATU OBY - PRO NATUREZA

Curitiba PR

legenda foto 8

GERT ROLAND FISCHER

Associação de Preservação e Equilíbrio do Meio

Ambiente de Santa Catarina - APREMA

Joinville SC

foto 9

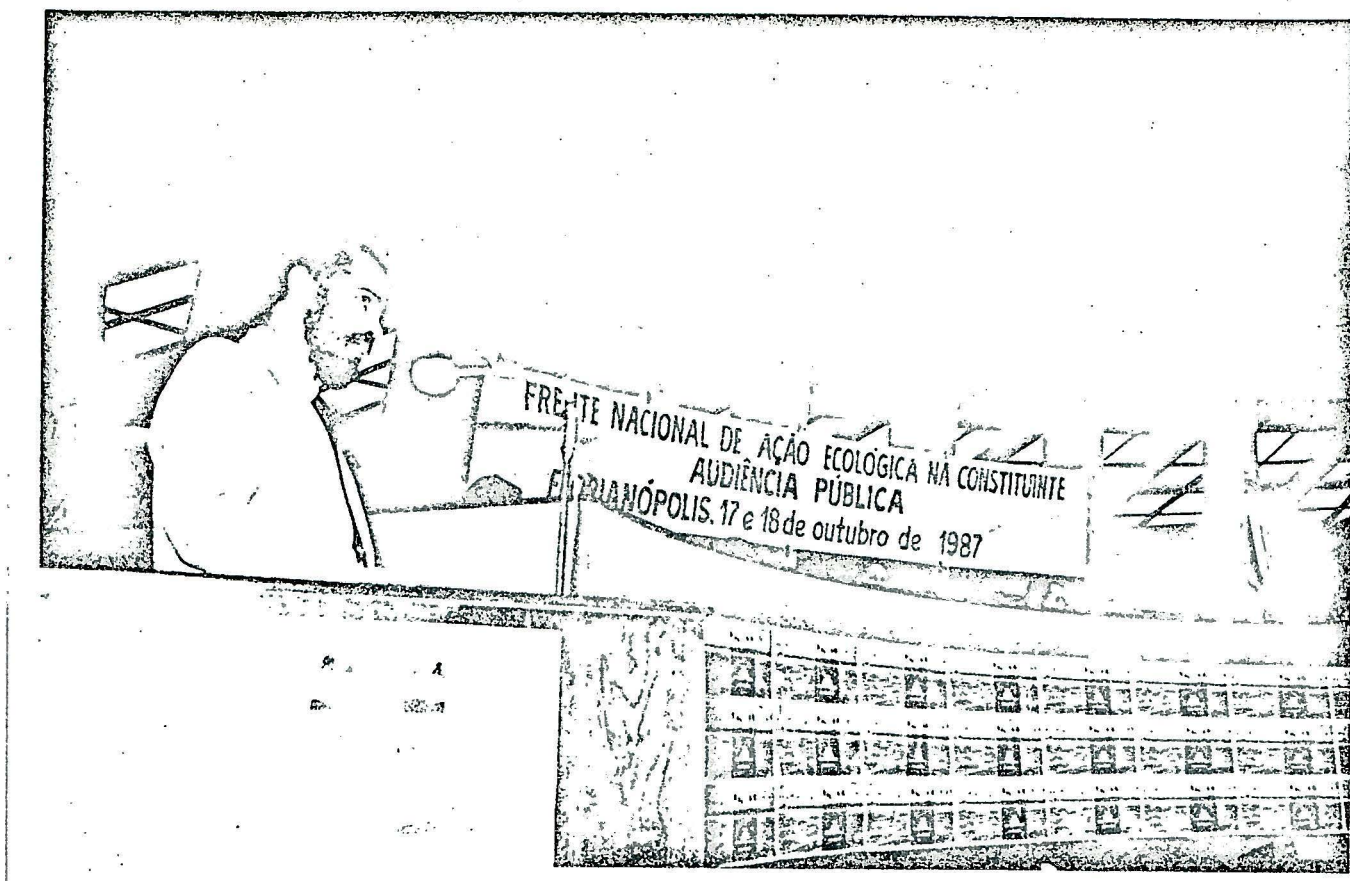
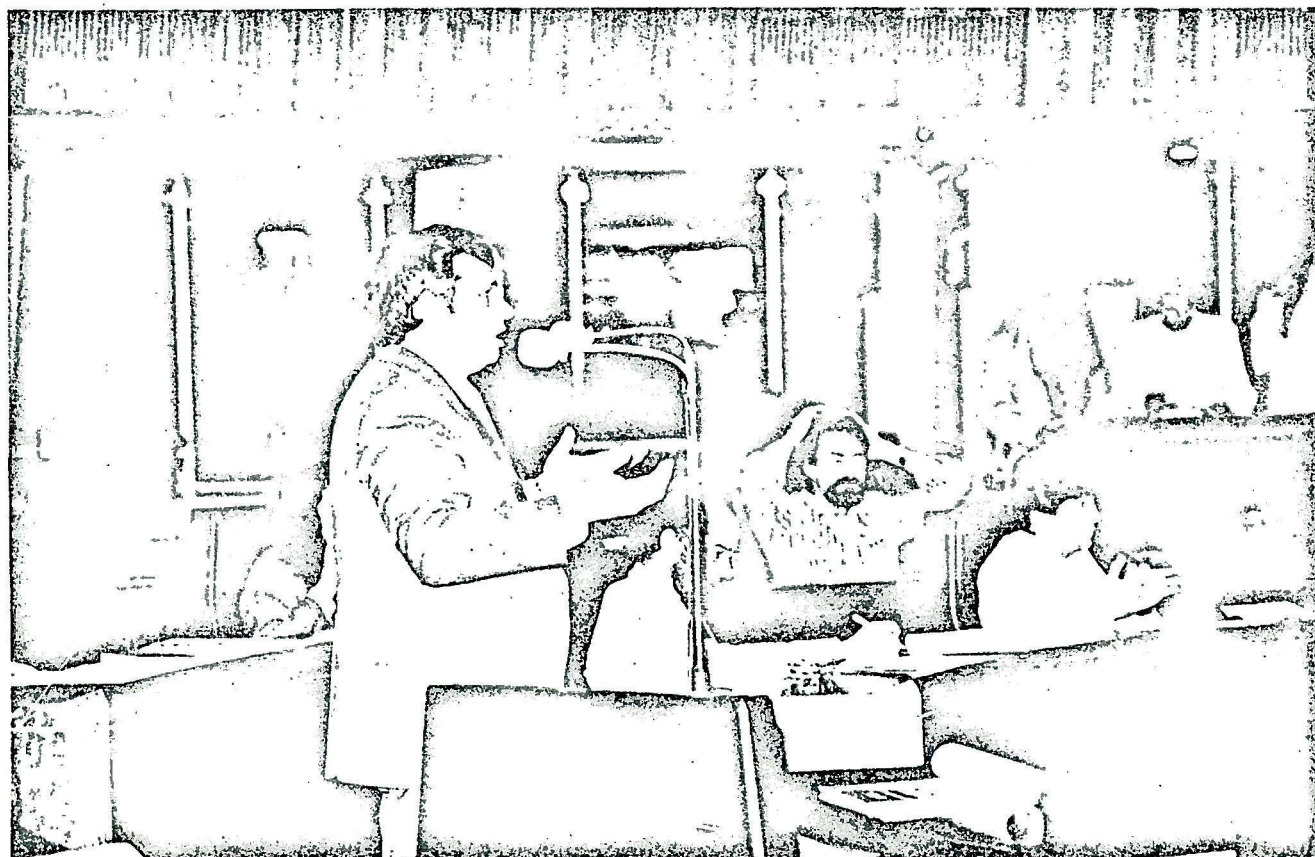


foto 10



legenda foto 9

JORNALISTA RANDAU MARQUES

Jornal da Tarde

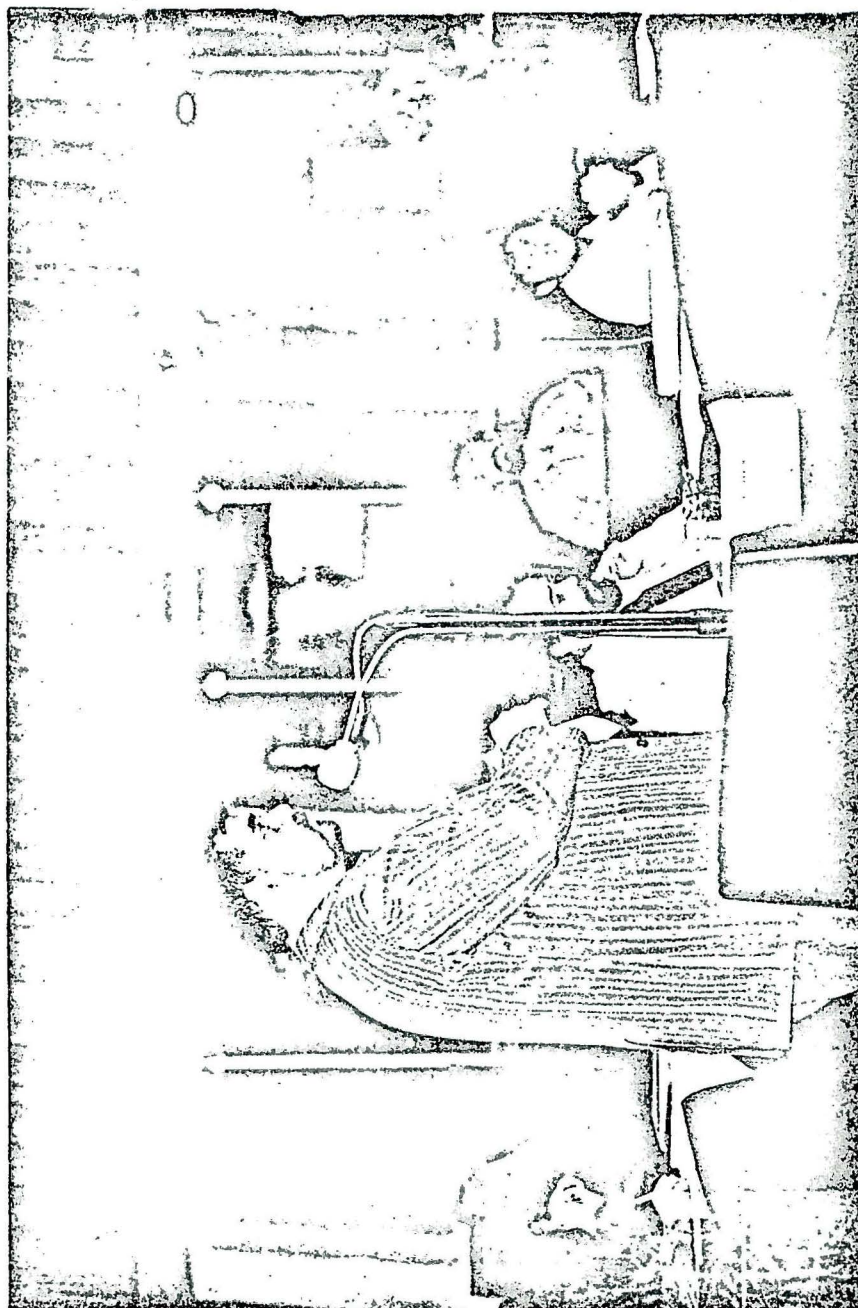
São Paulo SP

legenda foto 10

DEPUTADO ESTADUAL VANIO DE OLIVEIRA

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Florianópolis SC



legenda foto 11

EDSON MACCARI

Secretaria da Saúde do Estado de Santa Catarina